

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



COLIGAÇÃO PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

ANA MARGARIDA DE CASTRO

Relatório de estágio orientado pela Prof^a Doutora Teresa de
Ataíde Malafaia especialmente elaborado para a obtenção de grau
de Mestre em Cultura e Comunicação

2016

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



Relatório de Estágio

Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural

Relatório de estágio apresentado à Faculdade de Letras para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação

Mestranda Ana Margarida de Castro

Orientadora de Relatório: Professora Doutora Teresa de Ataíde Malafaia

Supervisor de estágio: Dr. Fernando Vendrell

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes nestes três anos de Mestrado; foram essenciais tanto na minha vida pessoal, como na contribuição que deram na elaboração do presente relatório. Destacando:

Os docentes das cadeiras de Mestrado, pela paciência, apoio, ajuda e compreensão e pela forma como acrescentaram e consolidaram bases à minha formação anterior.

A Professora Teresa Malafaia, por me ter apoiado incondicionalmente; pela paciência, pela ajuda, por me ajudar em todos os momentos, por me ouvir, por ser uma professora excelente, por me dar força e coragem em seguir em frente, mesmo quando todos os caminhos apresentaram dificuldades.

Ao Dr. Fernando Vendrell por ter sido um excelente professor, amigo, tendo sido com ele que passei a minha primeira experiência profissional. Principalmente por ter sido um grande amigo, compreensivo e muito paciente.

Aos meus pais e à minha família, pelos valores e educação, que contribuíram para a pessoa que sou hoje.

A todos os meus amigos e colegas, que para além de completarem em muito a minha vida a nível pessoal, sempre me apoiaram na vida profissional. Por todos os minutos que tiraram para telefonar na hora de almoço, a lanches na faculdade, a passeios na aventura que foi descobrir Lisboa, obrigada! Obrigada a todos os amigos que estão na terra natal e sempre estiveram presentes. Muito obrigada por me deixarem fazer parte da vossa vida e nunca desistirem de mim!

Resumo

A Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural é uma associação que foi criada pela Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em 2005, pela UNESCO, e tem como objetivo defender todos os pontos descritos nesta Convenção. Tem por excelência a capacidade de contactar diretamente com os artistas, de promover e proteger a diversidade das expressões culturais, tendo a capacidade de unir várias artes. Detém vários objetivos que interessam a profissionais da cultura defender, junto dos poderes públicos, europeus ou internacionais, como está previsto na convenção.

Num mundo que se torna a cada dia mais globalizado, é necessária a criação de mais veículos de resposta, para não se perderem direitos fundamentais, como o caso dos direitos dos artistas, cuja luta é primordial. Tendo em conta que a maioria do público consegue aceder cada vez mais a filmes, música, jogos, através de dispositivos electrónicos, torna-se mais fácil a cópia ilegal das obras, sendo ainda mais importante a luta pela manutenção dos direitos autorais.

O presente relatório tem como objetivo demonstrar a importância da Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural, bem como os benefícios que a respetiva Convenção de 2005 apresentam para a sociedade. Percebendo os valores a eles associados, os seus objetivos, as áreas onde podem atuar e os efeitos que poderiam ter na sociedade social. Culminando ainda com as ideias base dos direitos dos artistas.

Este relatório é a junção prática do que foi a minha experiência profissional na Coligação, a parte histórica da mesma, o conceito e estudo sobre a convenção e direito dos artistas.

Abstract

The Portuguese Coalition for Cultural Diversity is an association that was created in 2005 with the aim to protect and promote the diversity of cultural expressions, in respect of the UNESCO convention. It has the capacity of contacting directly with the artists, of promoting and protecting the diversity of cultural expressions, with the added ability of uniting different art forms. Its goals are defended by the culture sector professionals in relation to Public, European or international powers.

In a world that is becoming increasingly globalized, it's necessary to create more response mechanisms in order to guarantee fundamental rights, like it is in the case of the artists' rights. Audiences today have easy access to movies, music and games on electronic devices – as it becomes easier to make illegal copies of these art forms, the more important it is to fight for the artists' rights.

This report aims to demonstrate the importance of the Portuguese Coalition for Cultural Diversity association and the benefits for society of the 2005 Convention. It explains the values associated to the Convention, its objectives, the areas in which it can act and the effects it can have in society, as well as the basic legislation on artists' rights.

This is the practical combination of what was my professional experience working with the Portuguese Coalition, and my study of its history, the Convention and the artists' rights legislation.

Índice

1. Introdução.....	7
2. Escolha da atividade.....	9
3. Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural: Localização, caraterização, breve história.....	11
3.1. Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais 2005.....	16
3.2. Direito dos Artistas.....	25
3.3. Breve história - Direito dos Artistas em Portugal.....	46
4. Acolhimento pela Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural: Programa de estágio.....	50
4.1 Descrição das atividades realizadas.....	52
4.2 Colóquio comemorativo Sobre a Diversidade das Expressões Culturais.....	57
5. Conclusão.....	59
6. Referências	61
7. Anexos.....	63

1. Introdução

O presente relatório consiste na problematização da primeira experiência profissional, traduzido numa análise coesa e crítica de um leque de aprendizagem sustentado em experiências que vão permitir enriquecer o currículo pessoal. Para concluir o Mestrado de Cultura e Comunicação, aceitei uma proposta de estágio que me iria ligar a áreas que sempre me suscitaram interesse, tanto a nível pessoal, como profissional: comunicação, cultura, artes e gestão de eventos.

Comunicação, cultura e gestão de eventos são um conjunto de conceitos teóricos e práticos, que se enquadram num exercício de contactos profissionais com várias entidades: empresas, produtoras, instituições privadas e públicas, associações culturais. As experiências ocorreram numa associação sem fins lucrativos – Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural (CPPDC). Esta associação destaca-se por ser uma forma de defender a diversidade e as expressões culturais, complementando a ação da UNESCO neste campo – através da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (que é o primeiro instrumento internacional que detém o poder económico e cultural); este tem como foco as indústrias culturais e respectiva divulgação, valorizando criações individuais e as atividades, bens e serviços culturais. Sendo uma associação marcada positivamente pela sua capacidade de chegar perto dos artistas, uma vez que o quadro dos seus membros se estende a várias artes, pode chegar aos poderes públicos, privados, nacionais e internacionais com opções ou queixas, se houver algum desrespeito no que toca ao direito dos artistas e às suas obras.

Foi na área da comunicação que se centrou o meu trabalho, tendo a oportunidade de desenvolver capacidades nesse campo, uma vez que tratava da correspondência, de fazer a agenda da Coligação, marcando reuniões e participando nas mesmas; tive de desenvolver uma linguagem mais formal. Tendo sido um desafio no que toca a autonomia de resposta, desembaraçando-me em algumas situações, que anteriormente considerava mais complexas. Ganhando muita experiência em trabalho mais teórico, ganhando capacidades mais rápidas de resposta, contactando com entidades, desenvolvendo particularmente mais capacidades de comunicação interpessoal.

Vivemos num mundo globalizado onde é premente afirmar, proteger e promover a diversidade cultural (existindo o risco desta enfraquecer, se tornar homogeneizada ou desrespeitar-se), como pano de fundo para manter a paz e o equilíbrio no mundo, tendo

capacidade para integrar as diferenças e as semelhanças entre os povos, humanizando os cidadãos, e conferindo à criação artística um papel essencial. Este papel traduz-se numa capacidade única de manifestar variadíssimas formas de expressão nas suas obras, tornando-se um veículo essencial de harmonia, paz e reconciliação entre indivíduos. Acrescente-se à criação artística a constante indiscutível, na qual, a permanente evolução dos meios tecnológicos é uma mais-valia para que possa existir uma abertura de diálogo, como está explícito na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural.

A cultura é um veículo essencial à vida, motiva as pessoas a quererem aprender mais sobre o mundo que as rodeia, sobre o porquê das coisas serem de uma certa forma e não de outra. Motiva as pessoas a aprender, escutar, observar. Ao darmos importância à cultura, vamos aprender sobre outros povos, outras tradições. Podemos pensar na cultura como um motor de desenvolvimento nas sociedades, ajudando a formação de um pensamento crítico, facilitando o autoconhecimento, impedindo que se formem as ditas “mentes quadradas”, com um pensamento uniforme em diversas circunstâncias. Devemos defender as expressões culturais, bem como as várias formas como os povos transmitem os seus conhecimentos.

2. Escolha da atividade

A cultura e as artes são tidas como um pilar, se pensarmos sob o ponto de vista económico e social, no nosso século. Está cada vez mais presente a tentativa de economizar a cultura e as artes, pensando nelas como um lucro para o Estado.

O respetivo estágio foi-me proposto pelo Professor Doutor Manuel Frias Martins, então coordenador do Mestrado, numa altura em que já tinha enviado *curriculum* para diversas empresas de eventos culturais e todas tinham recusado.

Sendo membro da Sociedade Portuguesa dos Autores (SPA) e amigo do Dr. Fernando Vendrell, sabia que a Coligação Portuguesa para a Diversidade das Expressões Culturais (CPPDC) queria marcar uma posição na cultura portuguesa, estabelecendo um papel mais ativo na sociedade portuguesa. Encontravam-se então em busca, ou pelo menos, com a ideia de arranjar uma pessoa que contribuísse para este objetivo, com tempo para dedicar a este projeto. Neste sentido o Dr. Frias Martins colocou-me em contacto com a Coligação e depressa agendei uma reunião, que foi o contacto inicial, onde o Dr. Fernando me deu as primeiras noções de como iria funcionar o tempo, as tarefas que teria de realizar, o local de estágio e os objetivos do estágio.

No final da reunião apercebi-me de que era um trabalho de que ia gostar de tentar, como primeira experiência profissional, uma vez que incide sobre várias artes, com a particularidade de estar inserida numa produtora de cinema, podendo, por conseguinte, perceber, observar e aprender diretamente o trabalho na área do cinema.

O facto de ter autonomia para trabalhar agradou-me muito. No início, foi-me explicado quais seriam as minhas funções, quando e como teria de intervir, de modo a facilitar a autonomia do trabalho. Podendo estabelecer contactos com várias entidades que interessassem a uma expansão da Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural, como associações culturais que se dedicam a ajudar artistas, que produzem os seus espetáculos e que ajudam a dar uma maior visibilidade à comunidade artística. Antes de iniciar este período de trabalho, não tinha qualquer experiência profissional na área, e sendo uma área que me agrada bastante profissionalmente, resolvi arriscar, alargar os meus horizontes e perceber até que ponto consigo ser uma profissional autónoma, e quão depressa consigo aprender o que me é pedido.

As artes sempre foram uma paixão, um modo diferente de ver o mundo, uma abertura maior, mentes que conseguem ver o mundo de formas distintas que são úteis à construção de identidades, tanto a nível pessoal, como identidade a nível regional. O estudo da cultura devia ser obrigatório, para as pessoas se aperceberem como o mundo funciona, principalmente agora que o mundo está cada vez mais globalizado, onde os mais jovens se ligam desde cedo ao mundo virtual, ficando fora da vida real, criando por vezes uma identidade virtual, ou um desinteresse para a história real do mundo, não entendendo o seu valor cultural.

Deste modo, é mais que natural que me tenha interessado o ramo que este trabalho pedia, podendo estar numa associação que defende os artistas, os seus direitos, as diversidades das expressões culturais, uma das liberdades mais essenciais ao ser humano. Expressar-se livremente é uma das melhores capacidades que o ser humano tem, podendo manifestar-se de várias formas, seja escrita, em forma de escultura, pintura, fotografia, vídeo, crónicas no jornal, qualquer forma que demonstre a opinião do indivíduo deve ser bem-vinda.

Para este estágio ter decorrido bem, foi importante a equipa que se encontrava na produtora de cinema e também a equipa da Coligação, conseguindo integrar-me no local de trabalho. O convívio e a empatia com que as equipas me acolheram, disponibilizando sempre ajuda a qualquer dúvida, ou qualquer problema que tivesse, proporcionaram-me momentos enriquecedores, ideias e sugestões para a Coligação. O Dr. Fernando Vendrell e a Dr. Helena Vasques sempre conseguiram incentivar-me a trabalhar e a dar a minha opinião acerca de todos os assuntos que tratávamos, concedendo-me o privilégio de participar nas várias reuniões que consegui agendar, colaborando e participando ativamente no Colóquio, a única atividade que foi concretizada, organizada entre os 3.

A Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural ajudou-me a desenvolver capacidades rápidas de resposta e de comunicação, através de compreensão e paciência para comigo.

3. Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural: Localização e Caraterização

Oficialmente a Coligação é sediada na Avenida Duque de Loulé, número 31, no espaço da Sociedade Portuguesa dos Autores (Sociedade Portuguesa dos Autores), membro fundador da Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural. No entanto, uma vez que nenhum dos membros da direção exerce funções profissionais naquela instituição, a Coligação funciona na produtora de cinema – David & Golias, da qual o presidente Dr. Fernando Vendrell é sócio.

A empresa fica situada no centro histórico da capital, na baixa pombalina, no Largo Adelino Amaro da Costa, sendo um arruamento dos bairros velhos de Lisboa. O Largo foi assim nomeado como uma homenagem a Adelino Amaro da Costa, cofundador do Centro Democrático e Social, atual CDS-PP. Encontra-se a meio da Rua da Madalena, que é considerada atualmente um belíssimo exemplar da arquitetura pombalina e candidata a património Mundial da UNESCO.

A produtora ocupa o 3º e último andar do edifício nº 8. Sendo um dúplex, no primeiro piso funcionava uma sala de reuniões, uma sala de montagem, duas casas de banho e um espaço que servia como uma pequena cozinha. Subindo para o último andar, funcionava o escritório, com uma sala que tinha espaço para 6 secretárias, uma delas ocupada pela Ana Figueira – responsável pela parte administrativa, que menciono neste relatório visto ter sido uma das pessoas mais importantes para o sucesso no meu trabalho, sendo a pessoa que sempre me ajudava quando tinha problemas, e, por conseguinte, fundamental para ganhar autonomia. Outra secretária era ocupada pela Dra. Elsa Garcia, que tratava da comunicação, e outra ocupada por mim; atrás da minha secretária ficava o gabinete do Dr. Fernando Vendrell. Existia ainda outra sala com as roupas e acessórios da produtora.

A Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural foi criada em 2005, surgindo como Plataforma para a Diversidade Cultural através do incentivo internacional de movimento de coligações que se começaram a formar, movidas pelos princípios da UNESCO.

Com o objetivo principal de defender a expressão e a diversidade das culturas, a Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural une-se a profissionais da cultura, organizações e entidades ligadas à cultura, que em conjunto podem defender os seus objetivos diante dos poderes públicos portugueses, europeus e a nível internacional.

O Manifesto para a Defesa do Direito à Diversidade Cultural era um desafio para a cultura, em temas como a globalização e diversidade cultural. No que toca à globalização, é necessário encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e tecnológico, para contribuir para a preservação e desenvolvimento da diversidade cultural. O desenvolvimento constante dos meios audiovisuais, meios de comunicação e tecnologias de informação cria oportunidades em vários mercados de trabalho, o que provoca o risco de diminuição e até mesmo uniformização da diversidade cultural e expressões criativas.

No que toca à cultura, se a reconhecermos como única, insubstituível e fonte de identidade, os valores não podem ser traduzidos apenas em dados economicistas, daí ser considerada com valor duplo na Convenção, reconhecendo cada produto como único. O fato de não haver políticas culturais consistentes, e de se assistir a uma clara manipulação dos *media* (no caso da indústria cinematográfica em que os filmes que têm mais publicidade são aqueles que levam as massas ao cinema, os que vendem, reduzindo, assim, a liberdade criativa do artista, que pode ser pressionado a fazer filmes de certa maneira para ser um lucro) levou a uma desvalorização da criação artística e, consequentemente, ao enfraquecimento do pensamento crítico, que é indispensável para exercer cidadania.

A plataforma devia fazer a diferença com projetos que podiam alterar a compreensão entre povos e regiões, o que iria automaticamente mudar a forma como certos países se olham e se relacionam, dando uma maior paz ao mundo. Sendo a cultura sempre um motivo de união do mundo.

Desde o começo desta instituição (enquanto plataforma) sempre houve membros que se deslocavam aos congressos a nível internacional. Em 2003, a Dra. Carmen Santos, primeira responsável, deslocou-se ao Congresso de Paris onde se discutiu e preparou a Convenção. Tendo sido em 2004, da conferência mundial em Seoul, Coreia do Sul, que saiu a decisão de se formar uma Coligação Portuguesa para apoiar o processo da Convenção, estando então Portugal representado pela Dra. Helena Vasques.

A Convenção foi ratificada em 2007 por Portugal e sempre que participava nos congressos ou reuniões apresentava um panorama das artes do país. A UNESCO participou ativamente no processo que levou à ratificação pela Suíça. A Dra. Helena foi também a reuniões em Sevilha, Salvador e Bratislava.

Todas as coligações (CEDC – Coligações Europeias Para a Diversidade Cultural)¹, bem como a IFCDC (International Federation of Cultural Diversity Coalitions), representam a parte civil dos países, artistas, agentes culturais; a Convenção é a única com uma vertente civil, com consulta civil. A CPPDC só foi formada a 16 de Maio de 2008.

Desta Coligação são membros fundadores:

AIP – Associação Portuguesa da Imagem;

APE – Associação Portuguesa de Escritores;

APCL – Associação Portuguesa de Críticos Literários;

APR – Associação Portuguesa de Realizadores;

CEM – Centro em Movimento;

CENA – Sindicato dos Músicos dos profissionais de espetáculo e do audiovisual;

FPTA – Federação de Teatro Amador;

GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Interpretes ou Executantes. C. R. L;

Pen Clube Português;

SPA – Sociedade Portuguesa dos Autores;

SNBA – Sociedade Nacional das Belas Artes;

STE – Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos.

A Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural é dirigida pelo Dr. Fernando Vendrell, presidente, Helena Vasques e Augusto Portela que como vice-presidentes, assumiram os cargos em 2010. Foi sob esta direção que se começaram a dar os primeiros passos para a Coligação ganhar uma maior visibilidade.

Tem como prioridade proteger a Diversidade das Expressões Culturais², que têm como base as indústrias culturais e criativas³, com um rápido desenvolvimento, que é o

¹ Existem Coligações em França, Peru, Eslováquia, Mali, Portugal, Reino Unido, Burkina Faso, Suíça, África do Sul, Chile, Canadá, Alemanha e Paraguai.

² A proteção dos bens culturais foi iniciada nos anos 90, através do *Free Trade*, evoluindo para a Diversidade Cultural – onde todos os bens são vistos como identidade e cultura, não podendo ser negociados.

fundamento da Convenção. Apresentam o desafio de desenvolver as regiões com uma ligação económica e cultural (com recursos sociais e tecnológicos), onde com aptidão e investimento se pode alcançar um desenvolvimento económico sustentável, protegendo os artistas e as suas artes, aumentando a produtividade nacional, como é defendido na Convenção.

A associação tem um papel fundamental e, como podemos ver pelos seus membros integrantes, detém a capacidade de chegar perto dos artistas, que é algo de que as instituições governamentais se queixam. Podendo aproveitar a referida capacidade para colocar em contacto artistas com instituições de modo a se unirem para conseguirem, ou tentarem, modificar algo que está errado, como as políticas culturais, a depreciação perante os artistas. As expressões artísticas ficam mais protegidas das pressões económicas, não desaparecendo como formas de identidades. As indústrias culturais encontram-se com dívidas, não havendo dinheiro para pagar aos *performers* ou para investir em projetos novos que poderiam contribuir para uma aceitação maior por parte dos cidadãos a outras culturas

Relativamente aos direitos dos artistas, a Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural esteve estreitamente ligada ao primeiro debate que houve acerca deste tema (Lei 4/2008 – Estatuto do Artista), que envolveu representantes do governo e representantes dos artistas (que começaram em 2007 e aprovadas em 2008). Em 2011, o diploma da Segurança Social foi aprovado e agora os artistas estão ligados à Segurança Social.

Em Portugal, com a crise que estamos atravessar, o Estado cortou, em muito, no orçamento para a cultura. As estruturas ligadas ao cinema e às artes performativas, que dependem em força do Estado, estão em crise, deixando produções a meio, incompletas, a funcionar por doações ou através de concursos para a DGArtes⁴ (que financia as artes), com projetos que contribuam para a inovação artística, criatividade, pensamento crítico e coesão social.

Os objetivos da Coligação consistem em proteger, promover e respeitar a diversidade das expressões culturais, promover a adoção de políticas culturais que

³ São atividades que têm origem na criatividade individual, conhecimento cultural, explorando a propriedade intelectual com capacidade de criar emprego e riqueza. Produzindo bens e serviços com significado social e cultural, como artes performativas e visuais, património cultural, artesanato e joalharia, cinema, rádio, televisão, música, edição, novos media, arquitetura, design, moda e publicidade.

⁴ Direção-Geral das Artes.

visem a proteção e a promoção da diversidade e a excepcionalidade dos bens e serviços culturais, garantindo a artistas e a toda a população a capacidade de poder criar, produzir, difundir e disfrutar destes serviços; encorajar a diversidade de expressões culturais e tomar mais consciência social do seu valor, nacional e internacionalmente; reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais num espírito de fraternidade mundial. Gerir e angariar fundos destinados a financiar o desempenho da sua atividade para cumprir os seus objetivos.

Para a Coligação conseguir alcançar todos os objetivos tem de realizar as seguintes atividades:

- Auxiliar na criação ou consolidação de capacidades e competências de produção cultural no território nacional;
- Simplificar o acesso dos bens e serviços culturais portugueses aos circuitos de distribuição internacional. Fortalecer a circulação e a mobilidade de artistas, dos criadores e as suas obras, ao mesmo tempo que incentiva as parcerias de indústrias culturais entre os sectores públicos e privado.
- Reconhecer a importância da diversidade de expressões culturais, organizando ações de sensibilização do grande público;
- Promover e apoiar a partilha de tecnologias e experiências entre indústrias e empresas culturais;
- Aumentar a vigilância e o respeito pela diversidade cultural;
- Apoiar a implementação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

A direção conta com a presidência de duas pessoas que estão diretamente ligadas às artes: o presidente, que é realizador e produtor de cinema, e Helena Vasques, diretamente ligada à música, sendo diretora de uma academia de música em Lisboa, o que por sua vez é uma grande ajuda para contactar diretamente com os artistas, estando também filiados em associações membros da mesma.

3.1 Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais 2005

A UNESCO foi fundada a 1945 com o intuito de evitar uma nova guerra mundial, com o fundamento de “solidariedade intelectual e moral da humanidade”, criando uma organização que deveria manter a paz, protegendo a cultura, tendo entrado em vigor em 1946.

É o único instrumento das Nações Unidas responsável pela proteção da cultura, com o intuito de proteger os bens culturais, promover o diálogo intercultural, formulando políticas culturais e apelando à preservação dos patrimónios culturais, tendo como princípios fundamentais a diversidade e a liberdade de ideias, sejam elas escritas ou visuais. Estes princípios são essenciais a uma união das várias culturas, de modo a que o ser humano tenha capacidade mental para acolher todos os seres humanos, com as suas diversas culturas em harmonia, aceitando-se, lutando por um maior diálogo, e dignidade, podendo, assim, preservar o património cultural.

Esta organização conta com a presença de 195 membros e 9 membros associados; os estados membros que fazem parte da Organização das Nações Unidas têm o direito de fazer parte da UNESCO. Portugal passou por duas fases na UNESCO, a primeira em que entra no ano de 1965, saindo em 1972 e reingressando em 1974.

Abrangendo a cultura do seguinte modo:

*“A cultura deve ser vista como conjunto distinto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social. Além da arte e da literatura, ela abarca também os estilos de vida, modos de conveniência, sistemas de valores, tradições e crenças.”*⁵ O conceito de cultura alterou-se. Deixou de ser apenas associado às Belas-Artes, evoluindo para um conceito mais vasto que se encontra intimamente ligado à identidade, a um conjunto de traços comuns entre as várias comunidades, no seu modo de vida, como estão organizadas e o seu modo de pensamento.

Consegue identificar-se quatro fases diferentes para o avanço deste conceito. A primeira fase é quando se começa a incluir uma noção de identidade cultural, período em que a UNESCO se empenhou em defender as várias culturas em resposta à

⁵ Preâmbulo da Declaração Universal de Diversidade Cultural da UNESCO, assinada em 2002.

descolonização, reconhecendo dignidade igual para todas as culturas – década 50 e 60, do século XX.

O segundo passo foi efetuar um elo entre cultura e desenvolvimento, prestando a atenção às minorias, desenvolvendo uma cooperação internacional e de solidariedade – décadas de 70 e 80.

Nas décadas de 80 e 90, tentou construir-se uma democracia, reconhecendo as bases culturais quando se ganhou consciência das diferentes formas de discriminação e exclusão das minorias.

A quarta fase correspondeu à evolução que existiu nas culturas e civilizações, na sua diversidade, sendo considerada um património comum da humanidade, pela UNESCO na *Declaração Universal da Diversidade Cultural* – década de 90 e 2000.

Tendo como base o conceito mais alargado de cultura, a Declaração é lida com o desafio de assegurar interculturalidade, defendendo a diversidade criativa, ou seja, as diversas formas de demonstrar as expressões tradicionais e contemporâneas modificadas ao longo do tempo pela globalização. Afirmar a necessidade de respeitar os direitos humanos e fundamentais, que são indissociáveis da diversidade cultural, em especial das pessoas pertencentes a minorias⁶, uma vez que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos, pois todos os indivíduos têm o direito de se expressar, criar e divulgar o seu trabalho, em qualquer língua. É uma declaração que está cada vez mais atual, uma vez que existem cada vez mais migrações de vária ordem, decorrentes de problemas como a guerra e a crise que está a atravessar a Europa, reafirmando a necessidade da cultura ser observada como um conjunto de traços que caracterizam uma sociedade, sejam eles materiais, intelectuais, afetivos, no campo das artes, modo de vida, tradições e crenças, sendo que a cultura está no centro dos debates sobre a identidade.

A diversidade cultural é tida como património comum da Humanidade, assumindo um carácter único; manifestada na pluralidade das identidades, torna-se necessária para existir intercâmbio, inovação e criatividade, ocorrendo como uma fonte indispensável para o desenvolvimento. Com as fronteiras abertas e os países disponíveis a acolher novas pessoas, as cidades tornam-se multiculturais⁷, crescendo a necessidade de existir

⁶ Minorias étnicas como africanos das ex-colónias, ciganos, sírios, sendo maioritariamente as pessoas que fazem parte do crescente fluxo de emigração.

⁷ Multiculturalidade – é um conceito que está em constante alteração. É o conjunto de todas as culturas num só sítio. É compreensão entre os povos, é uma mutação cultural, onde se nota o conjunto de todas as culturas numa só.

uma interação e integração das diferentes identidades. Assim o pluralismo cultural é uma expressão política da diversidade cultural, em que todos os indivíduos se relacionam, integrando-se e, conseqüentemente, resultando uma coesão cultural. É, desse modo, essencial que as políticas culturais assegurem a livre circulação das obras, bem como as condições necessárias para a sua produção e difusão.

A criação tem base nas tradições culturais mas encontra-se em constante desenvolvimento quando em contacto com outras culturas. Tem de se prestar atenção à diversidade da oferta criativa, direito de autores e artistas, bem como aos bens e serviços culturais que detêm um carácter identitário, não podendo ser tratados apenas com valor económico. A cultura não pode estar ao serviço da economia, no seu sentido literal, ou seja, não pode ser usada para atingir os fins governamentais sem ter algo em troca, como a participação mais ativa do Estado, uma vez que atualmente se verifica um desinvestimento na área cultural.

A Convenção vem complementar a Declaração, uma vez que os seus objectivos são a liberdade de todas as expressões culturais, criação, divulgação, disseminação, supervisionando todos os indivíduos com igualdade. Ao mesmo tempo que se preocupa com a cooperação internacional, a participação da sociedade civil e parcerias entre sector público e privado, para que seja possível a implementação de indústrias culturais competitivas.

A UNESCO tem como prioridades culturais promover a diversidade cultural (prestando especial atenção à herança); políticas culturais (promovendo um diálogo intercultural e inter-religioso, dando ênfase às indústrias culturais e expressões artísticas).

No total foram criadas 7 convenções que servem como instrumentos jurídicos internacionais: a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais é das mais importantes, tendo em conta os seus propósitos, na esperança de criar novas e variadas formas de ajudar no desenvolvimento de novas políticas culturais; auxiliando também os estados-membros a estabelecer regras comuns, principalmente agora que a Europa vive situações de extrema importância a nível cultural, com várias populações a terem que se movimentar pelo continente, carregando consigo o peso da sua herança cultural que se vê constantemente posta em risco, a cada fronteira que passam, tendo mais uma oportunidade de demonstrar que se pode manter a paz através de vários movimentos artísticos, ou projetos artísticos (fortalecendo a

cooperação internacional). Funcionando, assim, como um gerador de ideias, difundindo informações, conhecimentos e boas práticas.

Nesta convenção é afirmada a importância da diversidade cultural, como uma característica essencial da Humanidade, que deveria ser mais valorizada e preservada, complementando a ação da UNESCO neste campo. Considerada uma parte importante para a humanidade, como já foi referido anteriormente, torna o mundo mais rico e variado, com maiores possibilidades de escolha, valores humanos mais altos, ajudando ao desenvolvimento sustentável das comunidades e nações.

Segundo dados divulgados pela UNESCO (numa entrevista a Dra. Lurdes Camacho e Dra. Clara Bertrand), em Portugal é cada vez mais frequente as referências a esta Convenção, quando são assinados acordos bilaterais; no entanto, ainda não estamos na média desejável. A Convenção tem os objetivos alinhados com os da Agenda 2030 no que toca ao desenvolvimento sustentável. É uma Convenção que ainda tem pouca visibilidade a nível nacional, sabendo que não existe qualquer mecanismo de procura ou de divulgação de expressões culturais e o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural só financia projetos desenvolvidos por países em desenvolvimento, o que não inclui Portugal.

A convenção foi concluída a 20 de Outubro de 2005, em Paris. Entrou em vigor a 18 de Março de 2007, na ordem internacional, atualmente ratificada por 134 países Estados-Partes, e adotada pela Conferência Geral da UNESCO, sendo o primeiro documento internacional a reconhecer a natureza económica e cultural, de bens e serviços culturais que se encontram no centro das economias criativas mundiais.

Propósitos da Convenção

A Convenção tem como elemento central a cooperação internacional, fugindo das regras que regem o comércio internacional, sendo a cultura uma exceção que pode receber subvenção dos Estados. Afirmando a necessidade de integrar a cultura, como um elemento estratégico nas políticas nacionais e internacionais, cooperando para o desenvolvimento internacional.

As diferentes formas de expressão cultural resultam da criatividade de sociedades, grupos e indivíduos, onde existe uma troca de conteúdos culturais, simbólicos, com

valores artísticos e culturais que provêm de identidades culturais. As expressões culturais são transmitidas por atividades, bens e serviços (de natureza económica e cultural); estes bens e serviços culturais constituem a forma como identificam identidades, valores e significados – não podendo ser reconhecidos como mercadorias – obrigando, desse modo, os Estados a tomar medidas que protejam e promovam a diversidade das expressões culturais, garantindo a liberdade das ideias e das obras.

O objetivo principal é reforçar a criação, produção, distribuição, – onde a globalização tem um papel fundamental, reconhecendo que todos os indivíduos têm o direito de aceder livremente à diversidade das expressões culturais, seja a nível nacional ou internacional - acesso e usufruto das expressões culturais que são elementos inseparáveis.

Na terminologia da UNESCO, “proteção” refere a adoção das medidas que salvaguardam e valorizam, juntando “promoção” para manter vivas as expressões culturais que se sentem mais ameaçadas pelo fenómeno da globalização, de maneira a que não sejam ratificadas ou mantidas em permanência em museus ou outros contextos.

Objectivos específicos

Complementando o objetivo principal da convenção, a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais proporciona um ambiente que leva a uma renovação e afirmação da diversidade das expressões culturais, favoráveis a todas as sociedades, reafirmando os elementos que unem a cultura, diálogo e desenvolvimento, podendo, assim, desenvolver bases para uma cooperação internacional. Deste modo, tenta criar condições para que as culturas interajam, cresçam de um modo benéfico; reconhecer a natureza das atividades, bens e serviços culturais, como instrumentos de identidade, valores e significados; identificar várias formas de existir cooperação internacional (tendo em conta o que já foi explicado acima); reafirmando o direito dos Estados manterem, adotarem e implementarem políticas que considerem importantes e essenciais para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais – assegurando assim a liberdade de pensamentos e obras.

Nota-se uma abertura nos direitos internacionais no que toca à cultura (encontrando um lugar de destaque na agenda política), defendendo que a diversidade das expressões culturais não tem apenas valor económico, humanizando a globalização, tornando-se assim um pilar fundamental para o diálogo, num contexto pró-ativo.

Princípios que orientam a convenção

Nenhuma medida ou política com fim de proteger e promover a diversidade das expressões culturais poderá infringir direitos humanos e de liberdades fundamentais como a liberdade de expressão, informação e comunicação e a liberdade dos indivíduos escolherem as expressões culturais.

Princípio da abertura e do equilíbrio que garante que os Estados promovam abertura para todas as culturas do mundo. O princípio da fortificação da união entre aspetos económicos e culturais, bem como o desenvolvimento sustentável.

Princípio do acesso equitativo defende o acesso à cultura no que toca à riqueza e a diversidade das expressões, dando acesso das culturas aos meios de expressão e difusão.

Direitos e Obrigações das Partes da Convenção

Sendo um dos objetivos reafirmar os direitos dos Estados manterem, adotarem e implementarem políticas que considerem importantes e essenciais para a proteção e promoção, tem como finalidade por em prática uma governação cultural conduzindo a uma interação entre participantes individuais e estatais na partilha das responsabilidades. O pano de fundo da Convenção é o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais dos cidadãos, reconhecendo a relação entre a diversidade cultural, direitos humanos e as liberdades fundamentais. A convenção permite que as partes determinem se existem situações onde as expressões culturais estejam em risco de extinção e tomar medidas relativas a essas situações. Reconhece o direito das partes implementarem políticas culturais próprias para:

- Proporcionar um lugar às atividades, bens e serviços culturais domésticos, presentes em cada território;
- Facultar acesso a meios de produção, disseminação e distribuição de atividades, bens e serviços culturais a indústrias e atividades culturais, independentes e no sector informal;
- Estimular organizações sem fins lucrativos, instituições públicas e privadas, artistas e outros profissionais de cultura ao desenvolvimento, promoção de livre intercâmbio, circulação de ideias, expressões e atividades;
- Promover a diversidade nos meios de comunicação;
- Proporcionar o auxílio financeiro público, apoiando as instituições.

Como as Partes têm direitos, a Convenção também estabelece deveres para cumprir, como:

- Procurar, em cada território, a promoção de ambientes favoráveis à criação, disseminação, distribuição e o acesso às expressões culturais, atendendo aos direitos de mulheres, grupos sociais e minorias, o acesso à diversidade, mesmo que provenha de outros países;
- Verificar a partilha e a transparência de informações, entregando à UNESCO, de 4 em 4 anos, um relatório com as medidas tomadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais;
- Estimular a consciência pública no que toca à diversidade das expressões culturais, com programas de consciencialização e educação.
- Reconhecer o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção das expressões culturais, tentando uma maior interação de modo a alcançar os objetivos;
- Incorporar a cultura ao desenvolvimento sustentável e favorecer a cooperação internacional, beneficiando os países em desenvolvimento. Fortalecer as indústrias culturais, incitando-os a implementar políticas culturais, trocando tecnologias, apoio financeiro e tratamento especial para os artistas e profissionais da cultura.

As Partes da Convenção têm de cumprir os direitos e deveres num clima de apoio mútuo, não estando subordinada a outros instrumentos internacionais, mas respeitando os seus acordos.

Quando a Convenção entrou em vigor foram criados dois órgãos: a Conferência das Partes (órgão soberano) e o Comité Intergovernamental (responsabilidade de promover os objetivos da Convenção, supervisionando e estimulando).

As Partes da Convenção disponibilizam meios concretos como o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, que provém de recursos voluntários das Partes que têm esse fim, pela Conferência Geral da UNESCO, contribuições e doações.

Para possíveis problemas ou discordâncias foi criado um mecanismo de soluções, partindo de uma perspetiva unicamente cultural. As partes comprometem-se a negociar primeiramente e depois é facultado o recurso à mediação; no entanto, se não conseguir alcançar uma solução, é iniciado um processo de conciliação.

A Convenção para ter um funcionamento correto necessita que todos os elementos culturais participem: o sector público (Estado e as suas instituições); a sociedade civil (o seu papel deve ser reconhecido pelas Partes na proteção e promoção da diversidade das

expressões culturais); o sector privado (empresas e indústrias culturais, particularmente as dos países em desenvolvimento, para promover em função com os acordos na cooperação internacional); indivíduos que pertençam a minorias, considerados agentes chave, e as Partes têm obrigação de cuidar das suas necessidades no campo da criação cultural.

Todos os indivíduos e sociedades beneficiam da Convenção, uma vez que têm como objetivo que todos os cidadãos usufruam da diversidade das expressões culturais, em especial os profissionais e os agentes culturais, visto que reconhece a sua especial contribuição para a cultura e para o processo criativo. No entanto, a Convenção identifica beneficiários específicos como: países que têm dificuldade em produzir e difundir as expressões culturais (com medidas pensadas para o caso, como ajuda governamental, empréstimos, subsídios e tratamento preferencial para artistas destes países); mulheres e minorias, garantindo um tratamento especial, que seja favorável à criação, produção e difusão das expressões culturais.

Mensagens Centrais

A Convenção tem como um dado adquirido que a criatividade cultural é compartilhada pela humanidade. Ajuda a fortalecer as relações humanas, num mundo globalizado, onde ao mesmo tempo que as ofertas de trabalho e ofertas culturais tendem a aumentar, se pode notar aumento de preconceito para com as minorias, a Convenção tenta que estes sejam apreciados pelo maior número de pessoas, mostrando o maior número de trabalhos.

Defende que a riqueza cultural é um instrumento gerador de interação humana, renovando-se a partir de fontes internas e externas, tendo um lugar maior do que a dimensão comercial, protegendo e aumentando as interações culturais e sociais.

Pretende “promover e proteger a diversidade das expressões culturais”, não de uma forma restrita (como pode sugerir a palavra proteção) mas de modo a que seja enaltecida, salvaguardando as expressões culturais, promovendo a sua existência para vários locais, não só da sua origem e vice-versa, sendo encorajada uma cooperação internacional. Permitindo que as Partes adotem medidas para proteger as expressões culturais quando estão em risco.

A Convenção quer incentivar o intercâmbio genuíno das expressões culturais entre todos os povos, fortalecendo assim as ligações entre “cultura e desenvolvimento”

em todos os sentidos, económico e social, tendo como base os direitos fundamentais, abrindo caminho para haver mais movimentos solidários tanto dentro das populações, como internacionalmente, ganhando maior possibilidade de evoluir.

Reconhece e estabelece novas formas e novos pontos de diálogo que resultam de uma abertura ao mundo, de novas forma de disponibilizar a interação e o conhecimento das expressões culturais. Cada forma de criação é entendida como um foco, no qual se pode abrir novos horizontes, mudando a maneira de ver e sentir o mundo, abrindo caminho a um mundo melhor, mais humano.

Definições

A Convenção tem vários conceitos associados, que se devem interiorizar para entender a mesma. Entende que a *diversidade cultural* é uma característica essencial da humanidade (sendo considerada património comum). A diversidade cultural vai auxiliar o crescimento e a liberdade das expressões culturais, reafirmando a liberdade de pensamento, expressão e informação, deixando existir também diversidade nos meios de comunicação. Reconhecendo que existe uma multiplicidade de expressões culturais, sem nunca esquecer as expressões culturais tradicionais, vai permitir aos indivíduos exprimir e partilhar ideias e valores.

É um valor que se transmite entre os grupos e as sociedades. Refere-se às diversas formas em que as culturas se expressam dentro dos grupos. Manifesta-se da mesma forma que o património cultural, enriquece e transmite-se devido às variedades das expressões culturais e aos vários modos de criação artística, produção, divulgação, distribuição e usufruto de expressões culturais, sem importância das tecnologias.

Conteúdo cultural tem aqui um carácter mais simbólico, pois tem a ver com a dimensão artística e os valores culturais, que provêm das identidades culturais. *Expressões culturais* são expressões que resultam da criatividade dos indivíduos, grupos e sociedades que contenham um conteúdo cultural. *Atividades, bens e serviços culturais*, como o nome indica, têm a ver com atividades, bens e serviços, que dependendo da sua qualidade, aplicação e destino, transmitam expressões culturais, independentemente do seu valor comercial. *Indústrias culturais* são as indústrias que produzem e distribuem bens ou serviços culturais. *Políticas e medidas culturais* referem-se às políticas e medidas relativas à cultura, seja a nível local, nacional, regional e internacional, que se focam maioritariamente na cultura ou que tenham efeitos diretos nas expressões

culturais, na sua criação, produção, divulgação e distribuição, bem como no seu acesso. *Proteção* é a adoção de medidas que preservem, salvaguardem e valorizem a diversidade das expressões culturais. *Interculturalidade* é a existência e a interação de uma forma equilibrada das diversas culturas.

3.2 Direitos dos Artistas

A Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural (CPPDC), encontrando-se envolvida nos direitos dos artistas, e ao ter sempre em mente a cooperação internacional, leva a ponderar temas de debate sobre o estado das artes em Portugal ou com efeito para o país. Para a reunião que se realizou em Bruxelas em 2008 levou uma série de problemas que ainda hoje estão atuais, como a desadequação dos concursos públicos a fundos europeus/estatais que não se enquadram com o que vigora, sendo destinados a organizações com um carácter mais completo, com alguns anos de existência, o acesso a fundos – para os quais a maioria das estruturas portuguesas não cumpre os requisitos.

Não existem apoios contínuos, logo, não favorecem projetos contínuos, vendo o artista como empresário, o que faz com que muitos projetos sejam instáveis ou entrem mesmo no esquecimento, contrariamente ao que é defendido na Convenção. Faz uma crítica ao mercado que continua a ser liderado por grandes grupos comerciais, o que dificulta as coproduções cinematográficas, não havendo grande espaço ou liberdade na troca de ideias, ou para filmes independentes ou meios pois as empresas não têm facilidade de acesso a licenças de parque de estacionamento, de ruído, etc.

Em Portugal, os Direitos dos Artistas Intérpretes e Executantes encontram-se estabelecidos na lei desde 1985, através do *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC)*. Para que os direitos sejam exercidos, os artistas, executantes e intérpretes devem estar ligados a uma entidade de gestão coletiva dos direitos. Neste campo entra a Gestão dos Direitos dos Artistas (GDA) - membro da CPPDC, constituída em 1995, que tem vindo a aumentar o número de artistas representados e a um aumento da sua credibilidade junto das entidades.

No que toca ao direito dos artistas foi divulgado o *Full Analytic Report (2015) on the implementation of the UNESCO 1980 Recommendation concerning the Status of the Artist*, adotado pela conferência geral da UNESCO em 1980, é um documento que é

complementado pela Convenção de 2005, tocando em pontos mútuos. Pede aos estados membros que melhorem a situação dos artistas, quer a nível social, profissional e económico, implementando medidas ligadas à formação, segurança social, emprego, rendimentos, mobilidade e liberdade de expressão. Reconhecendo o direito dos artistas a serem representados por organizações, sindicatos, que os representem e defendam os seus direitos.

A Convenção de 2005 apoia a Recomendação de 1980, uma vez que vários dos seus artigos estão ligados ao apoio dos artistas e ao tratamento preferencial para estes e para os vários profissionais da cultura (ao abrigo dos artigos 4, 6, 7, 14 e 16). Ao traçar várias medidas visando promover a diversidade das expressões culturais, que as Partes devem seguir, criou um quadro cultural / modelo. Com o desempenho da Convenção, 71 Partes entregaram o relatório que contém medidas e políticas a considerar sobre o direito dos artistas.

Como é descrito na recomendação de 1980, que ainda é um instrumento essencial para os dias de hoje, o Estatuto do Artista expõe legislações, normas e outras medidas que vão de acordo a dois objetivos centrais: reconhecer a importância dos artistas no desenvolvimento das sociedades e encorajando as expressões criativas e a sua liberdade, assegurando um tratamento igualitário para os artistas, desenvolvendo medidas que respondam às suas necessidades especiais e formas únicas em que trabalham. É uma ferramenta base para desenvolver políticas culturais, mas não impõe aos estados-membros a adoção de medidas para melhorar a situação dos artistas, ainda que alguns Estados tenham adotado leis para os artistas.

Para este relatório ser conseguido, desenvolveu-se uma pesquisa com associações internacionais de artistas (área da música, literatura, cinema, teatro, fotografia), estados-membros da UNESCO e associações civis que foi enviado ao Diretor-Geral da UNESCO.

O relatório da UNESCO concentra-se em problemas contemporâneos também designados na Convenção de 2005, como o problema da globalização (tecnologias digitais e a Internet), a mobilidade livre dos artistas, proteção social e a liberdade das expressões artísticas. Enquanto o texto base deste relatório cobre uma série mais alargada de problemas, esta pequena análise centra-se mais em temas onde a Convenção é relevante.

Quando se fala em globalização, que tem pontos positivos e negativos, pensa-se no problema que pode trazer o enorme e constante avanço das tecnologias digitais.

Consequentemente, a evolução da Internet, que é uma forma mais discreta, contudo, direta de controlo dos movimentos e sinónimo de violação do direito à privacidade e simultaneamente um problema para conseguir preservar os direitos dos artistas e a distribuição das suas obras (o impacto que pode vir a ter nos rendimentos), ou seja, quanto mais evoluídas as tecnologias se tornem, mais fácil será o acesso às obras dos artistas, menos controlo se conseguirá ter sobre o seu uso. É aqui que deveria incidir a problematização do direito dos artistas, nesta época, a época digital.

O problema que mais se nota na mobilidade livre dos artistas é a discriminação exercida por parte de alguns países, prejudicando diretamente alguns artistas. Analisa os fundos públicos e privados destinados a artistas que são convidados, ou desejam trabalhar, bem como os requerimentos legais, para exercer além-fronteiras.

A proteção social surge enquanto necessidade de se afirmar o estatuto de artista, como um meio legal de defesa dos direitos, por exemplo, a uma remuneração fixa, condições no trabalho, seguro de saúde, esperando uma igualdade na situação profissional. A diferença entre um artista contratado, *freelancer* e independente, como pode alterar a sua sobrevivência. A liberdade das expressões artísticas é essencial, estando descritas no direito da liberdade de expressão, um direito fundamental. Existirem repressões, sejam elas aplicadas diretamente ao artista, ou a qualquer cidadão em pleno século XXI não faz sentido. Estamos a viver atualmente num tempo onde os cidadãos deviam poder expressar as suas opiniões, relativas a qualquer tema, sem ter medo de represálias, por parte dos governos ou instituições, ou outros cidadãos.

Uma vez que os governos não têm a mesma jurisdição e os artistas não trabalham sob as mesmas leis, ou pagamentos base, nem a mesma definição do que é um artista profissional, executante ou intérprete, a realização deste relatório foi trabalhosa. Os desafios que se notaram demonstram uma necessidade de os governos se unirem a associações de artistas, e haver um maior intercâmbio entre governos, garantindo assim formas para que se estabeleçam novas políticas, ou mesmo, políticas idênticas, uma realidade que se tornou mais recorrente desde que se implementou a Convenção de 2005. Indicam também a necessidade de a UNESCO trabalhar com os estados-membros para implementar a Recomendação 1980, nas leis e políticas, de países desenvolvidos, e em desenvolvimento, apoiando uma diversidade artística maior, podendo ser integrados na Convenção de 2005.

A Recomendação continua atual, dada a natureza dos pontos que toca, como o impacto que a tecnologia tem no mundo dos artistas e a falta de interligação dos

governos. Os governos deveriam colaborar com artistas, associações e com os outros países, para obter um resultado melhor e mais abrangente para os artistas. Ao conversarem com os artistas, conseguem entender diretamente onde as políticas já existentes falham e como podem alterá-las de modo a que haja um tratamento uniforme, e mais liberdade para trabalharem. Combinar dados da convenção e da recomendação seria o ideal para proteger e promover as expressões culturais.

Diversos países dão valor aos artistas, intérpretes e executantes, pois têm leis que os protegem, de alguma forma, enquanto alguns não têm qualquer tipo de proteção. Destacamos o estabelecimento de um salário base e um contrato entre artista e a empresa, direito ao seguro de saúde, como acontece no caso de Marrocos. Ao contrário do que acontece na Venezuela, que negou aos artistas o direito à segurança social. Dois países em desenvolvimento, com visões tão diferentes sobre a importância dos artistas para o desenvolvimento da sociedade, onde se verifica uma diferença acentuada, ainda que em nenhum país sejam tratados como os cidadãos trabalhadores.

A adoção da Convenção 2005 veio completar a Recomendação 1980 no que toca ao desenvolvimento de medidas que promovem o estatuto dos artistas, na medida em que as Partes podem e devem adotar medidas que protegem os artistas e profissionais da cultura que estão envolvidos nas expressões culturais, criação, produção, distribuição e disseminação dos bens e serviços culturais. Explicando que o Estatuto é necessário para reconhecer a importância que os artistas desempenham em todas as sociedades, requerendo a implementação de leis e políticas que assegurem o tratamento adequado, respondendo a todas as suas formas únicas de trabalhar.

A importância do Estatuto dos Artistas é assim descrita:

“Status of the Artist is fundamentally about acknowledging the important role that artists play in every society, and promoting laws and policies that encourage creative expression and ensure equitable treatment for artists by responding to their unique circumstances and the atypical manner in which they work, Member States should continue to use the Recommendation as a reference when they are developing cultural policies (as defined in the 2005 Convention).”⁸

Um problema fundamental que está presente neste relatório da UNESCO e na Convenção de 2005 é o avanço das tecnologias digitais e a Internet para artistas e

⁸ Full Analytic Report (2015) on the implementation of the UNESCO 1980 Recommendation concerning the Status of the Artist. Section 2 – THE 1980 RECOMMENDATION IS A TOOL TO CREATE A LEGISLATIVE FRAMEWORK AND/OR TO DEVELOP CULTURAL POLICIES – pág. 7.

indústrias culturais. O desenvolvimento da produção digital, o armazenamento e as tecnologias de distribuição digital foram adotadas e têm vindo a mudar a relação entre artistas e audiências, assim como o modelo económico na indústria cultural. Os trabalhos ganham, desse modo, uma nova forma, uma nova vida, uma durabilidade e visibilidade diferentes, podendo ser distribuídos de várias formas.

Nos países desenvolvidos, a Internet está a tornar-se o principal veículo de distribuição dos trabalhos criativos, pois as tecnologias digitais estão presentes em todo o lado, sejam elas telemóveis, *tablets*, ou computadores portáteis. Os trabalhos criativos conseguem encontrar-se *online*, desde música a livros, o que permite um crescimento exponencial quer a nível económico como criativo, pois os artistas podem rapidamente disponibilizar os seus trabalhos, podendo igualmente publicitá-los com brevidade. Este é o lado positivo das tecnologias.

Com uma maior distribuição dos seus trabalhos, surge o lado negativo, pois torna-se muito mais fácil a apropriação indevida de uma obra. Existem tecnologias que produzem obras de qualidade, a nível do som e imagem, podendo ser usadas para fazer o *download* de várias obras, transformando-as, minimamente, para parecer uma obra diferente. Dificultando o trabalho aos verdadeiros autores de protegerem as suas obras e de serem remunerados, criando-se, deste modo, um problema, pois os artistas querem ser reconhecidos, distribuindo o seu trabalho e sendo pagos.

Relativamente a este problema, *La Unión de Asociaciones de Artistas Visuales* – Espanha, representantes dos artistas visuais, reportaram que um dos problemas existentes é conseguir equilibrar as possibilidades que a Internet disponibiliza como ferramenta de comunicação e disseminação do trabalho dos artistas, assegurando o *copyright* e a respetiva remuneração, facilitando, por conseguinte, o seu desenvolvimento como ferramenta de *marketing* das obras. O problema dos artistas que trabalham com as novas tecnologias e que pretendem assim expandir o seu trabalho é insegurança, problemas com os rendimentos e pouco suporte constitucional.

Para entender o impacto tecnológico estudaram-se vários problemas, destacando-se:

Políticas que regulam a distribuição de trabalhos artísticos na Internet.

Os problemas em redor da diversidade das expressões culturais centram-se no facto de muitas línguas terem desaparecido, de muitos países não terem capacidade de apoiar os artistas na divulgação dos seus trabalhos; o papel da *Internet Service Provider*

corresponde aos meios por onde as pessoas encontram uma diversidade de expressões culturais mais ricas, disponíveis *online*.

Alguns estados-membros escolhem concentrar-se na forma como se lida com o *copyright* na Internet, uma vez que é essencial para proteger os direitos daqueles que criam e fundamental para os pagamentos que os artistas têm direito, pela distribuição ambulante.

Políticas que regulam o Internet Service Provider (ISP)

A política mais relevante no ISP, relativamente, ao trabalho artístico, é a que assegura tratamento igual de todos os conteúdos, ou *Net Neutrality*. Efetivamente, em 2015, a *United States Federal Communications Commission*, decidiu que a Internet deveria ser tratada da mesma forma que o telefone, ou seja, como um serviço público, disponível a todos os cidadãos.

O Parlamento Europeu, em 2014, adotou medidas que definem o tráfego da Internet igualmente, independentemente do seu conteúdo. É importante ser um serviço livre, pois o controlo não deveria estar sob as cooperações, uma vez que a Internet é o instrumento mais importante do nosso tempo; a Internet, livre e de graça, ajuda a estimular a competição, a prevenir práticas erradas, conseguindo promover a inovação, espalhando as ideias, ajudando a promover empreendedorismo. Sendo igualmente importante proteger a liberdade de expressão.

A Internet livre ajuda a não haver *downloads* ilegais, não permitindo às cooperações terem o controlo da forma como usamos os *sites*, ou o que vemos, permitindo a artistas distribuir os seus trabalhos, havendo formas de anunciarem quando as pessoas estão a abusar do direito do *copyright*. Alguns países adotaram o sistema de cooperação com o autor das obras - se estiverem a ser usados incorretamente, são notificados.

Comparando o tratamento de trabalhos artísticos domésticos e estrangeiros distribuídos através da Internet

Dependendo do país, os trabalhos artísticos são vistos de formas diferentes: em alguns, têm mais importância ou mais valor, do que em outros, contendo um peso económico diferente, ou mesmo diversas formas de serem analisados e criticados.

Países em desenvolvimento como Moldávia, Namíbia e Suriname, admitem que os trabalhos que chegam de outros países apresentam-se com outro valor, invariavelmente, mais alto. Sendo um problema também visível no Canadá, onde a *Canadian Arts Coalition*, que tem mais organizações artísticas associadas, admite que a distribuição de serviços de meios audiovisuais tem uma clara vantagem relativamente aos trabalhos do próprio país, uma vez que estão mais desenvolvidos.

Noutros países, enquanto os trabalhos produzidos no próprio país estão sujeitos a impostos, não acrescem impostos aos trabalhos estrangeiros. Dada a crise económica a que estamos a assistir, existem países que não conseguem manter um nível de trabalho competitivo, visto não terem materiais de apoio a nível de equipamentos e técnico.

O Instituto Africano das Artes relata dificuldades na proteção da propriedade intelectual, existindo um aumento de competição na indústria musical, dificuldades financeira, etc., em que o seu objetivo é promover uma maior democracia, respeitando os direitos humanos e as suas liberdades.

O problema com as tecnologias que são vendidas como base da liberdade pessoal, podendo ser usadas para aumentar a criatividade e conectividade, é que as grandes corporações americanas e chinesas têm o poder de nos controlar, através do Facebook, Google, Apple, etc., o que nos faz pensar que nem o poder básico da privacidade é respeitado, controlando os *media* e o espaço digital.

A Internet dá-nos inúmeras possibilidades para fazermos pesquisas em variadíssimas áreas do nosso interesse, sendo uma possibilidade para conhecer novas culturas, apesar de os algoritmos com que são construídos não permitirem uma pesquisa a fundo dos temas, ou o facto de nem todos os *websites* deixarem que todos os cidadãos acessem à pesquisa.

O impacto da distribuição electrónica nos trabalhos artísticos e na receita dos artistas

Neste campo, não se conseguiu recolher grande informação, havendo relatórios que transmitem opiniões, tanto negativas, como positivas. Existe então uma preocupação geral no que toca à pirataria, que incide no rendimento dos artistas. Ou seja, se os *downloads* forem feitos de uma forma ilegal, nem os artistas, nem as produtoras vão ter lucro. Por exemplo, na música, quanto mais músicas forem extraídas ilegalmente da Internet, menos lucro vão ganhar os artistas, colocando-se o problema dos direitos dos artistas, na medida em que modificar uma música no computador não é um trabalho

difícil, fazendo uma cópia de vários acordes, o que torna complicado identificar a origem da mesma.

Os atores queixam-se precisamente do mesmo: um filme que não seja comprado, ou visto no cinema, vai trazer prejuízos para todas as entidades que se envolvem na realização e produção do mesmo, não recebendo todo o dinheiro a que têm direito. Noutro campo, verifica-se um aumento cada vez mais visível de cinemas que encerram, por falta de clientes, pelo que se devia tentar chegar a um acordo com as indústrias cinematográficas e as mesmas instalações, para os filmes serem mais baratos, uma vez que todas as pessoas são vítimas da crise.

Neste caso, há evidentemente uma razão de queixa, sendo que se encontram as obras na Internet facilmente, embora, atualmente, já seja mais complicado, dado que a maioria dos *websites* onde se encontravam as obras gratuitamente, foi encerrada. A Internet continua naturalmente a ser um meio de fazer publicidade aos artistas, e muitos deles escolhem dar acesso livre aos mesmos, mas de uma forma mais controlada, sendo mais fácil dar a conhecer os seus trabalhos, podendo no entanto chegar aos mais diversos públicos, tornando-se um desafio.

Apoiar artistas nos trabalhos criativos digitais e torná-los disponíveis na Internet

Quase todos os países que fazem parte da União Europeia têm fundos próprios para a criação e distribuição de trabalhos digitais. Neste campo, a Convenção tem um papel fundamental, uma vez que explicita várias medidas que se centram na digitalização das obras nacionais, independentemente da área, e publicá-las *online*, sendo que Portugal não adotou ainda estas medidas. O fundo internacional para a Diversidade Cultural (IFCD), estabelecido através da Convenção, apoia os projetos diretamente ligados aos *media* digitais, novas tecnologias e inovações, estando disponível para projetos que mostrem ser gratificantes e inovadores para a sociedade.

O relatório define como uma das melhores práticas o trabalho que certos países desenvolvem diretamente com os artistas, como criar portais com informações relativas aos artistas, o que vai ajudar a gerar uma maior visibilidade, mostrando logo quais são os materiais de que dispõe *online*. Sendo esta técnica praticada pela Argentina, Espanha, Equador, Madagáscar e Venezuela. Já países como Chile e Hungria estão a tentar desenvolver estratégias que encorajem o *download* legal de músicas e outras expressões

artísticas. Outras organizações conseguem aumentar as audiências, conseguindo uma maior presença nos grupos.

Na Argentina, através do Plano Nacional para Igualdade Cultural, o governo equipou os centros culturais com equipamentos tecnológicos, e ferramentas para fazer documentação e projeção de projetos culturais. Por outro lado, em Espanha, criou-se uma plataforma que se denomina *As Memórias Orais*, promovendo e distribuindo os artistas e os *media* nacionais, dentro e fora do país.

A forma de combater a disparidade visível nas receitas quando se adquirem as obras de arte legalmente e ilegalmente, é abraçar programas cujos alvos sejam as novas tecnologias, aliando os diferentes sectores. Sendo a globalização uma realidade, a Internet torna-se um instrumento essencial, de conhecimento, oferecendo um mundo infundável sobre todas as temáticas possíveis e impossíveis de imaginar: é o centro para os governos ganharem uma proximidade com os cidadãos, dando a conhecer um pouco a sua política (como aconteceu este ano em Portugal, com o Dr. António Costa a explicar a sua política); como para expor o mundo de possibilidades e de matérias novas que existem a nível cultural.

Tratados de Copyright

Para realizar o relatório da UNESCO foi pedido aos Estados Membros para reportarem sobre o estado de implementação do *World Intellectual Property Organization* (WIPO) dos tratados na Internet, sobre performances e fonogramas, e performances audiovisuais. Chegou-se, assim, à conclusão de que o problema é dos mercados ilegais e das cópias piratas dos trabalhos que são vendidas a um preço muito mais baixo, tanto fisicamente como *online*, conseguindo lidar através das leis do copyright.

Os artistas não são justamente remunerados quando há um *download* das músicas. As empresas discográficas detêm o *copyright* e decidem cobrar demasiado pelos materiais físicos. Havendo uma real preocupação com a apropriação indevida deve primeiramente alterar-se a percentagem de ganhos das produtoras, e não a dos próprios artistas.

O relatório admite que tem que se notar a rapidez com que a Internet se está a tornar o veículo mais importante para a distribuição de uma vasta expressão cultural. A

UNESCO pode estar interessada em reunir com os Estados Membros e associações de artistas, que se iria concentrar na vasta diversidade de expressões culturais que se encontram disponíveis na Internet, dando acesso livre a todas as pessoas às obras, de modo a que os artistas sejam justamente compensados quando os seus materiais sejam usados.

O relatório da UNESCO foca o problema da mobilidade transnacional dos artistas. O problema aqui apresenta-se como uma forma de perceber as razões de certos artistas conseguirem passar as várias fronteiras e outros não, mesmo em regiões nos próprios países. As tecnologias digitais facilitam diariamente que os artistas cheguem a mais mercados fora das suas regiões, o que aumenta as oportunidades destes artistas levarem as suas obras diretamente para audiências de outros países.

Movimentos dos artistas entre fronteiras

Tanto os setores público como privado têm fundos para artistas que são convidados ou que desejem trabalhar em vários países, simultaneamente, espalhando o seu trabalho. Dos países que participaram neste relatório, parte deles têm programas públicos que apoiam os artistas a trabalhar em vários sítios. Ao mesmo tempo que existem países que defendem que os artistas devem conseguir primeiro fundos privados.

Tal como em Portugal, na Croácia há vários programas aos quais os artistas se podem candidatar para obterem fundos, mas o orçamento destinado à cultura tem vindo a diminuir, não sendo suficiente para manter as variadíssimas instituições, ou dar o apoio que os artistas merecem e precisam. O que faz com que seja um dos países de que os artistas sentem necessidade de sair.

Vários Estados Membros relatam que disponibilizam informação sobre os artistas que trabalham fora do seu país, mantendo a sua língua. Como na Alemanha foi criado um site (www.touring-artist.info) que nos transmite as informações necessárias sobre os artistas, do próprio país e dos que se deslocam para trabalhar lá.

Já a Colômbia apresenta leis específicas que promovem trocas culturais internacionais e o seu Ministro da Cultura incentiva os artistas a trabalhar fora. No que toca a políticas culturais, a França reporta que tem programas que apoiam os artistas franceses que se encontram fora.

No que toca aos requerimentos legais para os artistas que desejam trabalhar além-fronteiras, as partes fazem notar que não existem restrições legais para isso acontecer, sendo a única coisa requerida uma informação redigida formalmente a avisar o que se pretende.

Associações como o PEN Internacional, organização de escritores, que trabalham para assistir escritores que estejam a ser reprimidos nos seus países de origem e a Freemuse, organização mundial que luta pelos direitos dos músicos, nomeadamente pela sua liberdade de expressão, notam que é impossível para alguns artistas sair dos seus países. Podendo estar relacionado como um desafio para o *status quo* dos governos, ou seja, os governos que se encontram estabelecidos, podem ter um certo receio de mudar as suas políticas, com o risco de desagradar aos cidadãos residentes, como abrir as fronteiras aos artistas. Uma vez que os artistas têm uma maneira única de criar, relatar, opinar, acerca de todos os problemas, sendo uma forma de abrir a mente das pessoas para o que está errado. Pode ser um mecanismo de manutenção da ordem, ou mais uma tentativa de fazer com que os olhos dos cidadãos permaneçam fechados.

Relativamente às taxas duplamente cobradas nos rendimentos ganhos dentro dos países, a maioria dos Estados Membros pede que todos os seus cidadãos paguem impostos sobre todos os seus rendimentos. Na melhor das hipóteses, os artistas que paguem impostos fora dos seus países podem receber créditos para esse pagamento; no entanto, deve existir um acordo bilateral.

Em Espanha, a associação FAPAE, associação de cinemas e televisão, aponta que os artistas têm de declarar todos os seus rendimentos e não vão receber crédito pelos impostos que pagam noutros países.

A questão dos artistas no que toca à segurança social é o tema mais complexo, visto que a nível nacional há diversas variáveis relacionadas com a segurança social de todos os cidadãos, como estatuto do trabalhador, no que toca aos empregadores próprios, se estão registados ou não, se têm um contrato independente, ou se estão empregados a conta de outrem. Depois do tratado de Maastricht, os cidadãos europeus ganharam direitos de mobilidade. Uma área que continua a ser um desafio é eleger cidadãos para os subsídios, desde serem empregadores próprios, não têm direito às pensões inteiras.

Promover e proteger a diversidade das expressões culturais é uma forma de valorizar a criatividade, valores e os significados de todas as culturas. O facto de os artistas estarem sempre em constante movimento, torna-se um ponto positivo para todos os países, sendo mais uma oportunidade para se dar a conhecer a cultura

internacionalmente, promovendo a cooperação artística. É vista como uma aprendizagem mútua, transmitindo conhecimentos, experiências, modos de trabalhar (consoante a cultura), sendo o desenvolvimento encorajado. Profissionais da cultura e artistas beneficiam da exposição de cada país.

Relativamente a artistas nacionais (portugueses) irem para o estrangeiro, o Governo esforça-se para promover os artistas e os seus projetos, para disseminar a nossa cultura, tornando o movimento dos artistas portugueses um fator positivo. O governo dos *nuestros hermanos*, Espanha, orgulha-se de ter muitos artistas a trabalharem no estrangeiro, pois são uma ajuda indispensável para melhorar a imagem no país, sendo uma oportunidade para os mesmos melhorarem as suas técnicas.

Existem países que expressam as suas preocupações sobre os artistas saírem dos seus países, uma vez que pode constituir uma ameaça para o repertório nacional.

Imigração de artistas

Nos dias de hoje ainda se sente a dificuldade de entrar noutros países, através do sistema dos Vistos, que pode ou não ser compatível com todos os países. Há ainda países que trabalham com licenças de trabalho, o que limita a estadia, o conhecimento e a liberdade dos artistas. Tendo em conta que uma regalia se pode tornar numa despesa demasiado grande.

Há países que argumentam que outro problema é que se espera demasiado tempo pelo visto, ou são rejeitados quando já têm concertos ou exposições marcadas. Para evitar este tipo de problemas, há países que estabelecem protocolos para promover o movimento dos artistas.

Espanha relata que entre os artistas que se candidatam para obter autorização para trabalhar no país, há aqueles que se destacam por pedirem licenças para trabalharem a um termo temporário. Enquanto os artistas têm que se candidatar a um visto para trabalhar, há uma exceção para trabalhos temporários, de performances artísticas e produções. Em França existem três tipos de visa ou licenças de trabalho para artistas estrangeiros: um para artistas ou desportistas que sejam conhecidos internacionalmente; outro destinado para profissionais de cultura, artistas que só pretendem ficar num período de 3 meses a 1 ano e a última é para trabalhos temporários para menos de 3 meses, comum para todas as profissões.

Em Novembro de 2014, a Argentina juntamente com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) e o Ministério da Cultura, para promover a mobilidade dos artistas, passaram a trabalhar em conjunto para facilitar o movimento dos artistas e das produções, tendo apoiado medidas que promovam a economia e indústrias culturais.

A organização internacional independente que defende a liberdade das expressões dos músicos (Freemuse) diz que concertos, festivais, organizações culturais, etc., enfrentam pouca transparência nos procedimentos quando organizam os eventos, com artistas convidados que não fazem parte da União Europeia.

Entrada temporária de pessoas que apoiam os artistas

As pessoas que acompanham os artistas não têm qualquer regalia especial. Certamente, as regras aplicadas aos artistas podiam ser aplicadas aos acompanhantes.

A Áustria reporta que existem isenções de autorização do trabalho a curto-prazo como parte da produção artística, que cobre participações nacionais e estrangeiras, ainda que os trabalhos individuais não tenham uma natureza artística. Contrariamente ao que acontece na Lituânia, onde todos os cidadãos que queiram trabalhar no país precisam de obter uma licença de trabalho, sem exceções para os artistas.

Tributação dos artistas estrangeiros

Como já foi dito anteriormente, os artistas são obrigados a pagar impostos, com o rendimento atual, nos países onde são convidados e nos respetivos países.

A Coligação Canadiana, que representa a maioria das companhias de artes, reservou para si o ato de imposto de renda, estabelecendo um processo pelo qual os empregados devem reter 15% das taxas ou comissões ou qualquer outra quantia paga para artistas não residentes do país. Mesmo que artistas ou companhias de artistas consigam obter licença para ter uma renúncia de pagamento, torna-se complicado, dado que a *Canada Revenue Avenue* tem padrões elevados para conceder a mesma, diminuindo o interesse que artistas e companhias têm no país.

As respostas a esta questão não abordam o facto dos artistas estrangeiros, que pagam impostos nos seus países, por exemplo: se vai haver um ato musical maior, num

local específico dentro de cada cidade, podem incidir impostos sobre os bilhetes, onde fornecedores e parceiros vão pagar impostos extra.

Tarifas ou restrições à importação de equipamentos necessários por um artista

Não existem relatos de proibições na importação de equipamento; as respostas relativas ao pagamento de tarifas ou taxas variam; no entanto, existem países que não requerem pagamento de tarifas, mas é necessário um requerimento para o equipamento.

Vários dos países que responderam a este relatório fazem parte do sistema internacional temporário de importação e exportação de documentos, que substitui a importação ou exportação de papéis (ATA Carnet), baseado num acordo internacional que permite a importação temporária de mercadorias até um ano. Este sistema tem um papel fundamental, para artistas ou companhias que têm bastante rendimento, mas as taxas associadas podem ser um impedimento para artistas no início da sua carreira.

Percepções de artistas estrangeiros

A maioria dos estados membros assegura que o movimento dos artistas, além-fronteiras, tem um efeito positivo. Existindo, todavia, países que demonstram preocupação sobre as oportunidades de emprego recusadas a artistas nacionais, ou por terem menos regalias que os artistas estrangeiros, como acontece no Paraguai, país onde os artistas estrangeiros não pagam os impostos que suportam as estruturas culturais nos países onde estão.

Portugal afirma que esta troca de experiências é essencial, pois contribui para gerar novos conceitos na arte contemporânea, fortalecendo os artistas.

A troca de experiências entre artistas nacionais e internacionais é sempre positiva, um enriquecimento cultural, enaltecendo as culturas de origem, sendo uma oportunidade para demonstrar o que melhor os países têm. Um exemplo desta troca de experiências aconteceu na cidade da Guarda. Tratou-se de um evento denominado “Simpósio Internacional de Arte Contemporânea”. Organizado pela câmara municipal da cidade e a Universidade de Salamanca, permitiu que várias culturas se destacassem em áreas como escultura, pintura, fotografia, cinema, música, literatura, com a participação direta dos cidadãos, com *workshops* disponíveis e colóquios. Constituiu uma oportunidade de

destacar várias culturas e de dar a conhecer vários artistas e a forma como eles trabalham.

Tratamento preferencial e o impacto do Artigo número 16 da Convenção de 2005

O artigo número 16 da Convenção de 2005, intitulado Tratamento preferencial para países em desenvolvimento, afirma: “Os países desenvolvidos facilitarão intercâmbios culturais com os países em desenvolvimento garantindo, por meio dos instrumentos institucionais e jurídicos apropriados, um tratamento preferencial aos seus artistas e outros profissionais e praticantes da cultura, assim como aos seus bens e serviços culturais.”⁹ Este artigo é uma obrigação para os estados membros, que devem implementar programas cujos objetivos são estabelecer tratamentos especiais para artistas.

A maioria dos estados membros afirma ter uma política cultural bilateral, que envolve o movimento dos artistas. O relatório apresenta os Estados Unidos como o país que adotou as medidas mais positivas, que estabeleceu uma parceria económica, com vários países, que contém um protocolo cultural, que cita explicitamente a Convenção. O contrário pode observar-se na Europa, onde ainda é visível a falta de harmonia entre os estados membros e as pessoas responsáveis pela mobilidade cultural. Os ministros da cultura do Mercado Comum do Sul estão a trabalhar em conjunto para facilitar o movimento dos artistas e as produções além-fronteiras; ponderando arranjar procedimentos de vistos comuns, que permitam a continuação da promoção das indústrias culturais e da criatividade económica.

Na avaliação que existiu sobre o impacto dos artigos 16º e 21º, chegou-se à conclusão de que os estados membros começaram a tentar emendar as leis nacionais, de modo a facilitar os procedimentos para os artistas obterem vistos, permitindo o trabalho além-fronteiras. A maioria dos países responde que não tem problema com o movimento dos artistas, pelas razões acima referidas, apesar de ainda haver falhas entre os objetivos e o que ainda acontece, na medida em que os artistas que são conhecidos internacionalmente têm dificuldade em passar fronteiras.

⁹ Artigo número 16 da Convenção de 2005 da UNESCO. Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Os artistas são os criadores das expressões culturais, que são discutidas na Convenção. É aconselhável que se usem medidas retiradas da Recomendação de 1980, para que seja mais útil promover o estatuto dos artistas.

Os estados membros devem tomar medidas para que os artistas disfrutem dos mesmos direitos, dos grupos ditos ativos na sociedade, pela legislação nacional e internacional, no que toca às leis do trabalho e as suas condições. Os artistas que trabalham por conta própria, *freelancers*, disfrutem de proteção e regalias da segurança social. Apesar de se notar um claro avanço nas leis que focam as proteções sociais dos artistas, ainda existe uma falta de suporte social fixa, ou seja, os artistas ainda não têm uma garantia a 100% de ajuda por parte do Estado.

Um problema que se coloca é o facto de os artistas não conseguirem rentabilizar os seus trabalhos de modo a terem lucro suficiente para viver deles, ou seja, não são contratados para viverem dos seus trabalhos artísticos. Tendo muitas vezes de arranjar trabalhos em outras áreas, ou trabalham como *freelancers*, contratuais ou como independentes. Os artistas têm direito aos benefícios comuns a todos os cidadãos, mas pode ser um problema em relação à segurança social, seguros de saúde, reformas e outros programas sociais que estão disponíveis para outros trabalhadores.

Nas artes performativas, os artistas são contratados exclusivamente para este fim, seja na televisão, cinema, teatro, companhias de dança, conseguindo assim disfrutar dos benefícios fiscais, de outros trabalhadores, férias e pensões. Dada a natureza do seu trabalho os artistas podem não ter direito aos benefícios a longo prazo, podendo não estar a trabalhar para um projeto, mas têm sempre que continuar a praticar.

O número de artistas que está a trabalhar, apenas com o objetivo de dar a conhecer as suas obras de arte é muito reduzido, comparado com o número de artistas que existe, ou seja, os artistas que tentam sobreviver apenas pelas suas obras de arte, são um número muito reduzido, comparativamente aos artistas que têm um segundo emprego. Para os artistas independentes, contratados ou *freelancers* existem quatro abordagens possíveis, dentro dos estados membros.

A primeira abordagem identifica oito estados membros (República Central Africana, Chile, Costa Rica, Chipre, Etiópia, Namíbia e Suriname), onde os artistas não têm qualquer cobertura do estado e são deixados completamente sozinhos para beneficiarem de segurança social e direitos laborais. Na segunda, o artista é submetido a um estatuto de empregado e vem a beneficiar de uma cobertura idêntica à disponível para os funcionários, como acontece na França, onde os artistas que são submetidos a

este estatuto, têm direito a mais benefícios do que o sistema de saúde. Já os *performers*, atores e toda a indústria televisão disfruta de ordenados mínimos, seguro de trabalho, subsídios de desemprego e de férias, rendimentos sociais, treino profissional, pensões e licenças de maternidade. Este programa é subsidiado com contribuições de artistas, produtores, distribuidoras e exibidores, incluindo contribuições por parte do Estado e outras instituições públicas. Já escritores e artistas têm programas similares. A Bélgica tem um sistema de segurança social para todos os artistas profissionais, que oferece muitos benefícios (doença, debilidade, benefícios familiares, desemprego, etc.), tendo acesso aos subsídios públicos.

Na terceira, o Estado tem vindo a desenvolver ou patrocinou um programa que funciona em paralelo com o sistema aplicado aos trabalhadores, que dependem dos estados membros. Na Alemanha foi estabelecido uma lei que protege os artistas independentes, com proteção da segurança social que engloba seguro de saúde e pensões. Na Croácia, os artistas independentes têm direito à reforma, pagamentos em caso de doenças, seguro de saúde e contribuições pagas pelo estado. Na Itália o sistema é diferente, dependendo do número de dias que trabalham, apenas apontado para artistas visuais, músicos, escritores, e da indústria cinematográfico. No que toca às pensões atribuídas pelo estado, dependem dos estados membros. Os *freelancers* canadianos participam no plano de pensões, requerendo pagamento aos artistas e aos seus empregadores. O ministério da cultura na Argentina tem um sistema nacional de prémios que dá o direito a uma pensão todos os anos depois da reforma.

Há um sistema paralelo, que é implementado pelas associações ou sociedades coletivas de *copyright*. Em alguns países, os artistas têm planos de segurança social, nas suas associações, ou em sociedades sem fins lucrativos. Nos Estados Unidos, as uniões dos artistas como a American Federation of Musicians, American Actor Equity Association and Directors Guild of America, têm programas de sucesso onde fornecem seguros de saúde para os membros e pensões para membros que trabalhem insistentemente na carreira.

Sendo impossível analisar a fundo todas estas questões, em todos os estados membros, chegou-se à conclusão de que apesar de ter havido melhoras ainda há um longo caminho a percorrer para que os artistas tenham os mesmos direitos que os restantes cidadãos trabalhadores. Ainda que trabalhem de maneiras que não são tidas em conta como convencionais, atrás de uma secretária, mas de maneira a pensar numa parte

muito importante da vida das pessoas, sentimentos, com o poder de transformar tudo o que nos rodeia.

A liberdade de expressão e de comunicação é um requisito essencial para todas as atividades artísticas.

O relatório apresentado pela UNESCO perguntou aos estados membros se os artistas dispõem de estatutos de proteção de liberdade da expressão artística, ou se existem políticas oficiais relacionadas com a liberdade artística. A repórter especial no campo dos direitos culturais, Farida Shaheed¹⁰ que reconheceu a convenção de 2005 e a Recomendação de 1980 como instrumentos que ajudaram a criar e a manter um clima que reforça e encoraja as expressões artísticas, bem como as condições necessárias a vários lançamentos de talentos criativos. A França relembra que a Declaração dos Direitos do Homem, adotada em 1789 diz que a troca de ideias, comunicação e opinião é um dos direitos fundamentais da humanidade.

São poucos os estados membros que falam explicitamente em expressões artísticas ou criações artísticas, bem como proteção mediante censura. Ou seja, são poucos os estados que se preocupam em desenvolver leis que protejam os artistas e todos os modos que eles têm de demonstrar a sua opinião/crítica relativamente a temas da atualidade, políticas, cultura, etc. temas esses que podem gerar controvérsias. Bertolt Brecht¹¹ ficou famoso quando disse que *“Art is not a mirror to hold up to a society, but a hammer with which to shape it”*, transmitindo, assim, a ideia de que a arte pode modificar e ser um instrumento de conhecimento para todos os cidadãos, tornando-se assim essencial para o próprio conhecimento do que nos rodeia.

A melhor maneira de lidar com esta situação seria mesmo haver medidas específicas para a liberdade das expressões artísticas e liberdade da censura, como existem em Espanha, Japão, França, Argentina, Chile, Hungria, Moldova, Peru, Servia, África do Sul, Sri Lanka e Zimbábue. A constituição espanhola diz que o direito de expressar e espalhar pensamentos, ideias e opiniões através das palavras (sejam elas escritas ou de outra forma) e o direito à literatura, arte, científico, criação e técnica estão protegidos.

¹⁰ É uma socióloga paquistanesa que trabalha há mais de 25 anos no ramo dos direitos das expressões culturais e feminista ativa.

¹¹ Bertolt Brecht (1898 – 1956) foi um dramaturgo e poeta alemão. O seu teatro foca-se em processos ditos revolucionários, político-ideológico, destinando-se a obter reações espontâneas e imediatas.

A maioria dos estados membros reconhece que existem muitas limitações na liberdade de expressão, principalmente no que toca ao comportamento criminal, incluindo discursos de ódio que incentivam comportamentos violentos. O Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos ¹² contém presente nos artigos limitações no respeito dos direitos das reputações dos outros, e a proteção da segurança nacional e pública, e que certos países são proibidos por lei de fazerem propaganda para guerra.

A repórter salientou que existem atores (que fazem parte do Estado, ou de elementos influentes) que podem criar restrições na liberdade das expressões artísticas ou de criatividade. No que toca à sociedade civil, nota-se que não existe assim tanta liberdade como é dito textualmente. Por exemplo, a Freemuse detetou ataques e violações nos direitos dos músicos, incluindo músicos que fazem autocensura com medo de sofrerem represálias, seja de forma verbal ou física, evitando falar ou cantar sobre alguns temas. Principalmente agora, com os ataques terroristas que tem havido pelo mundo inteiro, ou com as futuras eleições dos Estados Unidos.

Os programas de financiamento público podem conter regras que afetam a natureza do conteúdo artístico, igualdade de género, e comunidades marginalizadas. E muitos estados membros relatam que há regras que garantem a igualdade de acesso, tratamento, proibição e discriminação, sendo que a melhor forma de garantir acesso de uma forma não discriminatória é haver um processo de seleção público, onde as pessoas são selecionadas por especialistas. Tem havido cada vez mais iniciativas para proteger os artistas de todas as áreas, começando a aparecer sistemas de reconhecimento, que vão beneficiar artistas individuais nos países menos desenvolvidos.

3.3. Breve história dos Direitos dos Artistas em Portugal

O direito dos artistas foi estabelecido em 1793 na assembleia francesa, onde a propriedade intelectual se considerou como “sagrada, intocável e a mais pessoal”. É o respectivo código do direito do autor foi criado em 1985.

¹² Entrou em vigor na ordem internacional a 23 de Março de 1976.

A Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores¹³ (CISAC) redigiu uma carta em 1956 que explicita que “*Os autores das obras literárias, musicais, artísticas e científicas exercem uma função espiritual cujo benefício se estende a toda a humanidade, se perpetua no tempo e condiciona essencialmente a marcha da civilização.*”, ou seja, os artistas poderão contribuir com uma transformação e evolução na mentalidade da humanidade. A Sociedade Portuguesa dos Autores¹⁴ encontra-se inserida nesta confederação e representa a totalidade das sociedades musicais de todo o mundo, e nenhuma obra dos autores representados pode ser usado em Portugal, sem autorização da sociedade. Existindo o problema que existem pessoas que usam as obras sem pagarem os direitos de autor. Problema esse que nem sempre é resolvido de forma justa em tribunal, onde este não exige que paguem os respetivos direitos.

O direito de autor é expressamente dedicado ao criador da obra, e existem algumas exceções no que toca ao direito exclusivo de o autor autorizar, alguém ou alguma entidade, a utilização de uma obra, mesmo que não esteja diretamente ligado com a nossa cultura. Existindo um parágrafo que deixa as pessoas utilizarem as obras sem ser necessário o autor autorizar a sua utilização. A união europeia criou uma lista de exceções obrigatórias e facultativas para os Estados-Membros colocarem nas ordens jurídicas. Neste caso, o governo português resolveu adotar todas as exceções, facilitando, assim, a utilização das obras dos artistas.

As referências mais antigas que existem ao direito de autor encontram-se na Roma Antiga, quando já se falava em plágio, começando cedo a aperceber-se que havia várias obras que eram copiadas. Notando-se dois princípios básicos, o do plágio e o aspeto patrimonial (rendimento de autor). O estado português deveria suportar a cultura e a sua difusão, remunerando os artistas pela criação das suas obras, que estão disponíveis a

¹³ A CISAC é a rede com mais importância de sociedades de autores no mundo. Sendo uma organização não-governamental e sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é reconhecer e proteger os direitos dos criadores de todas as formas artísticas. A maioria dos artistas que são representados por esta organização, são criadores pequenos que dependem das suas remunerações para subsistir.

¹⁴ Cooperativa fundada em 1925, para gerir os direitos de autor. Representa todos os autores artísticos e literários a nível do país, garantindo a salvaguarda das suas obras. Apenas a Sociedade Portuguesa dos Autores tem a capacidade de autorizar a utilização das obras de arte por parte de outra pessoa, ou entidade, estabelecendo assim as regras para a utilização da mesma.

qualquer cidadão, seja através dos suportes digitais, físicos, em lojas, bibliotecas, escolas, etc.

Uma das dificuldades apresentadas ao nosso governo é uma alteração no que diz respeito à lei da cópia privada, que foi estabelecida para a tecnologia analógica, estabelecendo o pagamento de uma parte da venda de suportes virgens, MP3, iPods, que detenham a capacidade de cópia das respectivas obras. O mundo encontra-se cada vez mais ligado através da Internet. E nota-se uma mudança de comportamentos com o avanço da era digital. A era digital permite um rápido e maior acesso às obras, influenciando a proteção do autor, sendo necessária e urgente uma transformação na legislação existente, como aconteceu no início da revolução tecnológica. Os autores precisam de proteção, uma vez que ao mesmo tempo que a obra se divulga rapidamente, é mais fácil copiá-la, necessitando de garantias que os criadores intelectuais recebem uma remuneração e uma maior salvaguarda das obras.

Compete às entidades de gestão coletiva, criadas pelos autores, o pagamento das respectivas remunerações aos artistas e o empréstimo das suas obras.

O constante desenvolvimento da Internet e das tecnologias permite um aumento nas partilhas das obras, ao mesmo tempo que existe um conhecimento entre autor e público, e a possibilidade de surgirem cada vez mais autores novos. Tornando ainda possível que autor, produtor e distribuidor sejam uma só pessoa, os direitos afirmados sobre eles encontram-se no mesmo patamar do que na altura do analógico. Com as dificuldades apresentadas pela evolução das tecnologias digitais, é necessário regular e reformular a exploração económica para que os artistas não deixem de produzir as suas obras.

Hoje em dia, nota-se o desenvolvimento substancial de subscritores a serviços, com armazenamento ilimitado e a maioria grátis. É um negócio crescente. O direito de autor e o acesso livre à circulação estão conectados, têm de se equilibrar para serem úteis ao desenvolvimento cultural. Um dos maiores problemas é a questão da liberdade das fronteiras, tanto da parte dos consumidores, como dos criadores, que procuram obras de vários países, e muitas vezes essa troca não é facilitada. Geram, assim, uma sociedade de informação, onde se trocam todas as informações livremente, desde música, cinema, notícias, fermentando o pensamento crítico e aumento de criatividade; podendo, no entanto, ser mau, pois não há ainda uma forma de controlar o direitos dos autores.

Para haver uma boa política na era digital é necessário que os cidadãos tenham respeito pelo trabalho dos autores, pelo trabalho intelectual dos artistas, que pensem que os artistas são cidadãos que também precisam de ter remuneração para conseguir viver.

Que “roubar” o trabalho das outras pessoas devia ser punido. E é aqui que o direito do autor tem o seu maior papel. Efetivamente, a criatividade é o motor da evolução e não há criatividade sem remuneração.¹⁵

O direito de autor inicialmente estava ligado a obras físicas e evoluiu para abranger todo o tipo de artes, teatro, música, ópera, cinema. Com o avanço cada vez maior das tecnologias, o direito de autor e dos direitos conexos (aprovado a 1985), necessitava, de alargar as suas opções.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), sediada em Genebra, é uma das agências especializadas do sistema da Organização das Nações Unidas, encarregue da promoção e proteção da Propriedade Intelectual, cooperando com os Estados-Membros. Acordou em 1996 os termos base para se lidar com a tecnologia digital, com a responsabilidade de disponibilizar ao público o acesso às obras dos artistas, incluído no direito exclusivo da comunicação ao público, denominados “Tratados Internet”. Protege ainda a exploração *online* das obras com acesso condicionado.

A Internet ajudou no direito de autor, afirmando a União Europeia como um protagonista dos direitos. A nova era das tecnologias justifica um aumento de reforço da proteção legal da propriedade intelectual, não comprometendo o valor económico e moral. Conseguindo, assim, defender as liberdades de informação e de expressão, defendendo a vida privada e a confidencialidade das comunicações, ao mesmo tempo que protege os direitos de autor e interesses económicos dos autores, relativamente, às suas obras. O direito de autor é o instrumento legal que protege a apropriação da obra intelectual, protegendo económica e moralmente os criadores, tendo a função de incentivar a criação. O produtor e o público que adquire as obras não têm quaisquer poderes sobre a obra. Sendo o direito de autor uma parte importantíssima do nosso tempo, os juristas não se encontram atualizados ou familiarizados com o código.

O Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC) é uma lei que existe antes da importância da Internet. Adicionam-se artigos, sem se estudar o impacto que podem vir a ter no direito de autor. Todas as obras artísticas são protegidas, mesmo que sejam recriações, ou traduções são protegidas de duas maneiras, protege o criador e

¹⁵ Tal como dizia Chastre: Leonor Chastre, “Criatividade no futuro”, de Abril de 2016, in *Direito de Autor, que futuro na era digital?*.

a pessoa que traduz. É composto por 229 artigos, com um dedicado exclusivamente ao direito de autor.

Quando uma instituição pede uma obra específica a um artista, patrimonialmente pertence a essa instituição, embora o artista possa pedir remuneração e uma remuneração especial, por exemplo, quando se retiram vantagens da obra que não estão previstas na remuneração base. Dependendo do tipo de reprodução da obra criada, existe um código, com leis distintas no que toca aos coautores, ou seja, as pessoas que ajudam na criação da obra. O direito de autor termina após 70 anos da morte do criador intelectual e nas obras produzidas com um coautor, termina aquando da morte do último colaborador passarem 70 anos.

O autor de obras originais, sem ser de arquitetura, tem direito a uma percentagem sobre o preço da sua obra, quando vendida. E mesmo nestas situações o criador tem direito a reivindicar a sua obra, protegendo a sua veracidade conseguindo assim, impedir que alguém altere a sua obra. A ordem jurídica portuguesa determina a proteção a uma obra, não sendo regida por convenções internacionais.

4. Acolhimento pela Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural: Programa de Estágio

Como foi previamente estabelecido, o estágio seria de 3 meses (240 horas obrigatórias); no entanto, com o decorrer das atividades, realizou-se de 5 de Janeiro de 2015 a 21 de Maio de 2015, exercendo atividades de carácter organizativo e estratégia de comunicação.

A entidade Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural teve um impacto muito positivo no meu percurso e empenho, pela simpatia, receptividade oferecida pelos funcionários, tanto na produtora, como da direção da coligação. O primeiro contacto com a entidade de estágio foi no dia da primeira entrevista (4 de Novembro de 2014) com o diretor, Dr. Fernando Vendrell, para discutirmos a essência do estágio, no que iria consistir e de que maneira se iria enquadrar nos meus interesses pessoais e profissionais. No decorrer da conversa, a ideia tornava-se mais apelativa, surgia como um desafio interessante a todos os níveis, entrar em contacto com várias entidades, melhorando a minha capacidade de comunicação, organizar eventos, dando assim o primeiro passo para a parte que mais me iria interessar a nível profissional e pessoal, tendo a hipótese de ter uma primeira experiência profissional dentro de uma produtora de cinema. Juntamente com o entusiasmo, motivação e a necessidade de lançar a Coligação na área da cultura, aceitei a oportunidade de estágio.

Quando nos voltámos a reunir foi concebido um plano de estágio onde se estruturou as atividades e as funções para o tempo estipulado. A Coligação é uma associação pequena, tem poucas pessoas a trabalhar e cada pessoa desempenha variadas funções, exigindo um elevado grau de autonomia e flexibilidade de resposta aos acontecimentos no momento. O plano de estágio foi dividido em 5 partes: carácter organizativo, estratégia de comunicação, base de dados, atividades estruturais e atividades especiais, foi-me atribuído a função de coordenação. O Dr. Fernando Vendrell e a Dra. Helena Vasques distribuíam-me tarefas e quando concluídas eram revistas e corrigidas por eles.

A estratégia de comunicação consistia em difundir a mensagem e a missão da coligação, suportes e plataformas de comunicação (logo, *site* e redes sociais), (re) estabelecer contatos institucionais (nacionais e internacionais) e atualizar o arquivo da Coligação.

No ponto das bases de dados, era necessário procurar bases de dados de organismos culturais já existentes, compilar a informação e estruturar as bases de dados e construir

uma base de dados da coligação. A atividade estrutural consistia em elaborar a agenda, estabelecer outros contatos nacionais e internacionais, encontrar recursos para a Coligação, realizar atividades e eventos, apoios, parcerias, agremiações.

No que toca às atividades especiais, coube-me agendar vários eventos como a comemoração do 10º aniversário da Convenção da UNESCO – 21 de Maio de 2015, o Congresso da Federação Internacional das Coligações, Encontro anual das coligações europeias, participar em encontros, seminários, formações, festivais e atividades de cariz cultural.

4.1 Descrição das atividades realizadas

Analisando o que me foi proposto fazer e o que realizei, posso afirmar que consegui alcançar a maioria dos objetivos. Todas as tarefas que me foram propostas estão interligadas, como difundir a mensagem e a missão da Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural, ao mesmo tempo que se constrói a agenda, marcando reuniões com vários organismos, escrevendo cartas de apresentação da CPPDC onde se explica a sua missão e objetivos.

Com estes meios consegui colocar a Coligação novamente em contato com entidades importantes na sua formação, membros fundadores, UNESCO, EGEAC, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal do Porto, AR.CO e algumas instituições. Quanto às plataformas de comunicação, consegui juntamente com um colega de um curso profissional de multimédia, criar um protótipo de um logótipo e um primeiro blog que não ficou em funcionamento.

Foi-me comunicado pelo Dr. Fernando que a primeira tarefa seria construir várias bases de dados para a Coligação, com contatos de vários organismos culturais, os membros da coligação e os contatos que iríamos necessitar. A primeira fase foi a procura de bases de dados já existentes de vários organismos culturais, teatros, cinemas, auditórios, escolas de ensino artístico, nas várias zonas do país, mas apenas consegui encontrar bases de dados de escolas e organismos regidos pela câmara municipal do Porto, e um *website* com os contactos de auditórios, teatros, escolas de cinema, etc. a nível nacional. Neste sentido construí duas bases de dados, uma com os contactos já existentes, que se divide em contatos, *e-mail*, morada, número, tanto das pessoas que têm cargos na coligação, membros fundadores, instituições, grupos parlamentares e as coligações europeias.

Outra das bases de dados que construí foi juntamente com a Dra. Helena Vasques tinha a ver com a DG Artes, continha as instituições a nível nacional, de artes performativas, escolas, associações culturais, o tipo de apoio que têm do estado, contatos, os diretores das organizações. E a última continha a informação de todas as juntas de freguesia do país, produtoras de cinema e distribuidoras, escolas de cinema, festivais, associações culturais, grupos de teatro e performance. As bases de dados foram todas construídas em Microsoft Excel, ordenadas alfabeticamente ou o grau de relevância para a Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural.

Nas atividades estruturais consegui encaminhar tudo para que a Coligação começasse a ganhar visibilidade. Agendei várias reuniões com instituições como a Câmara Municipal de Lisboa – nomeadamente com a Dra. Catarina Vaz Pinto (Vereadora do Pelouro da Cultura); com a EGEAC e a sua diretora Dra. Joana Cardoso; com a Câmara Municipal do Porto – Dr. Paulo Cunha e Silva (Vereador do Pelouro da Cultura); com o secretário de estado da cultura – Dr. Jorge Xavier Barreto; com a escola AR.CO com a finalidade de apresentar a Coligação, arranjar parcerias e tentar entrar na organização de eventos culturais com os organismos.

A reunião com o AR.CO decorreu a 9 de Abril de 2015, com a Dra. Ana Bustorff Martinho – que fazia parte do Gabinete de desenvolvimento, quando tínhamos a hipótese de realizar o I Encontro das Artes, onde iríamos utilizar um auditório da escola, para nos reunirmos com os diferentes sectores das artes – dança, teatro, música, artes plásticas (pintura e escultura), literatura, cinema, audiovisual, fotografia e design. Tínhamos o objetivo de discutir temas como financiamento *vs* mercado, circulação nacional e internacional das obras, performance e a era digital, ao mesmo tempo que percebemos os problemas dos diferentes sectores. No final, iríamos fazer uma publicação com base nas conclusões, problemas, considerações e o que podia melhorar em Portugal. Realizar-se-ia em Junho, tendo sido feito o plano do evento, como se iria desenvolver, as entidades e ainda foram enviados *emails* para várias instituições, mas a ideia acabou por ser abandonada por falta de tempo dos diretores.

A reunião com a EGEAC realizou-se a 17 de Março de 2015 às 15h30, da coligação só participou o Dr. Fernando Vendrell e eu, da parte da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC) participou a diretora Dra. Joana Cardoso e o Dr. Pedro Moreira. O objetivo da reunião era apresentar a associação e pedir que encaixassem a Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural na programação ou que quisessem aliar-se à nossa associação. Discutiu-se o dia 21 de Maio, dia em que se

celebra o dia da Diversidade Cultural, perguntar se já existiam atividades programadas para o dia e discutir a hipótese de participar em alguma atividade organizada por nós. A Dra. Joana Cardoso orientou-nos para contatarmos o Vereador dos Direitos Sociais, Dr. João Afonso, pois estavam a organizar uma festa para celebrar a diversidade cultural. Foi uma reunião positiva, saímos com a certeza de que nos iriam sempre avisar de todas as atividades que se pudessem aliar aos objetivos da Coligação.

Falou-se ainda no I Encontro das Artes, descrito anteriormente, discutindo-se o 10º Aniversário da Convenção. Discutimos ainda a hipótese de fazer residências internacionais com acolhimento de artistas, visto que Lisboa tem capacidade para ser uma cidade de acolhimento de várias residências artísticas, uma vez que é uma cidade onde existe muita diversidade cultural. Salientando-se o facto de ser um meio essencial para contactar os artistas, quer por ser uma associação que defende os seus direitos, como pelos membros que tem.

A reunião com a Dra. Catarina Vaz Pinto ocorreu no dia 23 de Março de 2015, às 10h30, da Coligação participou o Dr. Fernando Vendrell, Dra. Helena Vasques e eu, da parte da Câmara Municipal de Lisboa participou a Dra. Catarina e a sua assessora Dra. Gisela Miravent. Não fomos com o objectivo de apresentar a Coligação, pois a Dra. Catarina esteve dentro do assunto da sua criação desde o início, fomos sim, para discutir um evento que queríamos organizar, o I Encontro das Artes. Foi nesta reunião que ficou decidido que se iria fazer o Colóquio de celebração do 10º Aniversário da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, como sugestão da Dra. Catarina, uma vez que se queria organizar um evento para celebrar esta data, e ainda não se tinha realizado um debate assim.

Com os contatos estabelecidos houve uma tentativa de estabelecer parcerias, apoios ou agremiações, sem obter resultados positivos. Apenas a EGEAC aceitou a incluir a Coligação nas suas programações e em avisar dos seus programas.

Uma vez que me deram o privilégio de assistir a estas reuniões, tentei aproveitar ao máximo, tirar apontamentos dos assuntos que eram falados, como eram tratados e discutidos. Desde a primeira reunião a que assisti, os temas sempre foram tratados com alguma informalidade, sendo temas que tinham a ver com todas as instituições. Correndo todas da melhor forma, com compreensão das instituições e facilidade nos temas tratados.

Um dos objetivos, nas atividades especiais, era planejar vários eventos. No início estava planeado um Congresso das Artes e Indústrias Criativas, onde se iriam juntar

peças de vários sectores: literatura, artes plásticas (pintura e escultura), performance (música, dança, teatro), cinema e das indústrias criativas (fotografia, design e arquitetura), iria desenvolver-se em vários painéis de discussão, com temas como a distribuição por parte dos artistas, a circulação das suas obras, o financiamento estatal ou por parte de patrocínios privados, a discussão sobre a influência das políticas culturais e perceber os problemas de cada sector. Esta ideia avançou para um I Encontro das Artes, sendo uma das iniciativas para comemorar o aniversário da convenção.

A fim de realizar este evento ainda entrei em contacto com os membros fundadores, a escola o AR.CO, que nos cedeu um auditório para nos encontrarmos com os diversos sectores. Enviei um e-mail com a apresentação desta atividade, solicitando um espaço para o seu desenvolvimento. O Encontro das Artes já foi explicado mais atrás e ainda obtivemos resposta do ARCO. A ideia acabou por ser abandonada pois não havia disponibilidade, contactos ou recursos para a realizar.

A par com a Coligação, participei numa série de conferências que se realizaram no Centro Cultural de Belém (CCB), organizado pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais (GEPAC), que tiveram lugar de 15 a 22 de Abril. Estive presente apenas nas conferências que me interessavam mais a nível pessoal e profissional, dia 15 com a temática “O lugar da Cultura, Modelos de Desenvolvimento para o século XXI” e a 16 “Cultura e Desenvolvimento, Estudos Cultura 2020”. Com temas interessantes como pensar o que é a cultura para além da visão da religião, política e da economia, como pensá-la não estando com o pensamento preso nestes parâmetros, fazendo uma viagem (breve) pela sua história e o seu desenvolvimento até ao nosso século, comparando assim a forma como era vista nos séculos passados, chegando à conclusão de que é cada vez mais necessário definir políticas culturais mais precisas, de modo a não se perder a cultura que estamos a construir diariamente e ainda com a dificuldade que se nota atualmente com as fronteiras abertas e com a crise económica que se vive pelo mundo. Há uma crescente necessidade de se afirmarem leis que protegem as obras de arte, os artistas e principalmente a diversidade das expressões culturais, juntamente, com a liberdade de expressão.

Pensar a cultura como mais do que um meio para angariar dinheiro para os estados, pensando nela como uma evolução da humanidade, onde o dinheiro não move as pessoas. As pessoas são movidas pelo seu pensamento, ideias, criatividade e relações interpessoais, onde as pessoas conseguem ter uma aprendizagem muito mais proveitosa. Da mesma forma que não deve ser apenas vista como um caminho para o

entretenimento das pessoas, mas sim pensada a fundo e perceber como aconteceram as evoluções, abrindo novas formas de acesso à cultura, sendo a cultura um lugar para toda a humanidade.

A política e a arte são uma peça essencial para o desenvolvimento, tanto de cada estado em separado, como pessoal e universalmente, para alcançar ambientes de paz, reconciliação e harmonia. A cultura é um sinónimo de seres humanos, não se encontra ao serviço de nada; nós, enquanto seres humanos, construímos a cultura, renovando-a a cada momento. Ao contrário do que devia acontecer, a cultura está cada vez com menos investimento por parte do governo, falando principalmente no caso português, que tem havido um crescente desinteresse por parte dos governos, devendo alterar-se essa prática, lugar que a Coligação podia ocupar.

Foram colóquios muito interessantes, naturalmente nas temáticas abordadas, como para perceber a forma como o colóquio que iria estruturar poderia funcionar.

Juntando ainda as tarefas que já descrevi, tratei ainda de assuntos que estavam relacionados com as tarefas organizativas, como deslocar-me às Finanças, estabelecendo contacto com a Dra. Susana Augusto, que ficou responsável pela gestão financeira. Fiz ainda tradução de *e-mail* recebido pela coligação francesa, sobre o *copyright*, uma queixa para o parlamento europeu.

Apesar do estágio se ter desenvolvido na Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural, desde o início que me foi dada uma oportunidade de ver e fazer parte do trabalho numa produtora de cinema, David & Golias. O interesse nesta área surgiu desde sempre, desde a parte do departamento da comunicação, ao movimento da produção de filmes, a entrada constante de realizadores, sendo uma arte que sempre me despertou especial interesse. Tendo ainda a oportunidade de trabalhar nesta área, atendendo chamadas, deslocando-me ao posto dos CTT, ajudar a rever guiões de séries / filmes, na candidatura a concursos.

4.2 Colóquio comemorativo do 10º Aniversário da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Organizou-se o Colóquio, que se realizou no dia 21 de Maio de 2015, no Museu do Fado, contatado pela assessora da Vereadora onde os detalhes da sessão acabaram por ser revistos comigo, o sistema de som e de luzes, se haveria necessidade de microfones, água, luzes, quantas pessoas iriam comparecer. No processo da organização foi necessário entrar em contacto com várias entidades como: os membros da direção da Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural, membros fundadores, UNESCO, Museu do Fado (para reservar o auditório, escolher a data, o espaço, definir quantas pessoas poderiam assistir). Neste sentido, contactei vários organismos a fim de se perceber quem queria intervir no colóquio. Falei com a Helena e o Fernando para chegarmos a um consenso de quem iria apresentar, falar e quais os temas que iriam ser discutidos.

O interesse de realizar o Colóquio nessa data era para assinalar a aniversário dos 10 anos da Convenção para a Proteção e Promoção das Diversidades Culturais e o Dia Internacional da Diversidade Cultural. O Colóquio foi por excelência uma mesa de debates, onde se juntou um painel de personalidades, ligados maioritariamente à cultura, que contou com a presença da Câmara Municipal de Lisboa – representada pela Dra. Catarina Vaz Pinto, Gestão dos Direitos dos Artistas – representada pelo Dr. Pedro Wallenstein (presidente), UNESCO – representada pelo Dr. Jorge Lobo de Mesquita (presidente substituto), Centro Nacional da Cultura (CNC) – representada através do Dr. Guilherme D'Oliveira (presidente) e ainda a Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural – representada pela Dra. Helena Vasques e o Dr. Fernando Vendrell, tendo todos discursado no Colóquio.

Para estas personalidades fazerem parte do nosso colóquio, foi necessário estabelecer um contato prévio, enviando *e-mail* a fazer uma breve apresentação da Coligação, a convidá-los a participar neste evento, divulgando a data e o seu propósito. Recebendo uma resposta positiva de todos os convidados, estava na hora de passar à fase seguinte, dando uma liberdade de escolha a todos os envolvidos escolherem o tema que iriam debater, para podermos passar a uma fase de divulgação.

Cada interveniente discursou acerca de um tema, sendo que estavam todos interligados ou à diversidade cultural, ou à convenção e ainda às coligações. Assim, a Dra. Catarina Vaz Pinto – 1ª oradora, discursou sobre o enquadramento histórico e

económico da convenção; o Dr. Pedro Wallenstein discursou sobre a importância da convenção na defesa dos direitos artísticos; por último, a Dra. Helena Vasques discursou sobre os aspetos da organização das coligações.

Para a divulgação foi necessário fazer cartazes, disponibilizar a informação *online*, através do Facebook da Coligação, UNESCO e as entidades que participaram fizeram a divulgação nos seus *websites*. Foi divulgado também através um *press release*, que fiz juntamente com a Elsa Garcia, que seguiu para todos os contactos que existiam na nossa base de dados, as entidades que participaram e ainda para a comunicação social, tendo sido ainda divulgada pelo Sapo. Na entrada do Colóquio foi ainda distribuído a todos os presentes uma Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (em suporte físico) e um *flyer* sobre a diversidade cultural.

Na organização deste Colóquio houve algumas complicações a destacar, nomeadamente, problemas com o logótipo da UNESCO, uma vez que houve uma falha de comunicação, já que quando estavam a enviar os logos, não explicitaram de início quais é que poderia usar no cartaz. Assim, usei o que era referente à diversidade cultural, e enviei para a Dra. Helena Vasques para ela comunicar com a *designer*, que o colocou no referido cartaz.

Este evento foi o acontecimento onde mais me destaquei, aquele que organizei do início ao fim, aquele que pessoalmente me deu mais prazer, sendo aquilo que mais gosto de fazer.

Foi um colóquio que demorou algum tempo a preparar, deram-me a oportunidade de organizar o evento de raiz, desde acabar os detalhes com o Museu do Fado, a entrar em contato com as entidades, requerendo os logótipos, e os temas sobre os quais as personalidades iriam discursar, do programa completo, as horas a que iriam discursar, etc.

Apesar de existir há cerca de dez anos, a coligação não é muito conhecida, ou falada. É um contraste, dado o seu tempo de existência, notou-se pouca receptividade por parte das entidades artísticas, como associações, escolas, organismos do estado, e foi óbvio pela pouca aderência ao colóquio, que teve pouca divulgação feita em pouco tempo, apesar de ter sido feita pelas instituições convidadas, não foi suficientemente chamativo para ter muita aderência.

5. Conclusão

Ao longo do estágio, todas as minhas opiniões, ideias e questões foram respeitadas, observadas e consideradas pelas pessoas que trabalharam comigo, Dr, Fernando Vendrell, Dra. Helena Vasques, Ana Figueira, Elsa Garcia e os restantes responsáveis pelas várias áreas. Fico muito feliz por ter passado a minha primeira experiência profissional na área de Cultura e Comunicação, área que me interessa muito a nível pessoal, tratando de assuntos administrativos, enviando *e-mails* e fazendo telefonemas em nome da Coligação, fazer chamadas, e realizando de raiz bases de dados; cometi alguns erros que sempre assumi e se tornaram uma base para querer aumentar o meu desempenho dentro da Coligação.

O tempo passado na Coligação foi uma aprendizagem constante e uma experiência compensadora quer a nível profissional, quer pessoal, sempre com a hipótese de realizar tarefas na área que estudei e que sempre me trouxe mais gratificação pessoal. Foi, por conseguinte, muito gratificante a nível pessoal, tendo em conta que aprendi a lidar com as minhas falhas, aceitá-las e corrigi-las.

A Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural existe desde 2008, mas não tem tido tanto impacto na vida dos artistas, ou mesmo dos portugueses, como poderia. Assim, deveria investir mais tempo em organizar eventos, encontros entre artistas e instituições nacionais, reunir com os membros da associação e perceberem em conjunto como aumentar a visibilidade da mesma, apostando numa forte publicidade aos seus eventos para chamar também cidadãos comuns, para demonstrar a importância do papel da sociedade civil nos nossos dias.

Após terminar o relatório, pode concluir-se que a Coligação poderia ter um papel muito mais ativo na sociedade portuguesa. Aliado à Convenção, poderiam demonstrar que a cultura portuguesa e os artistas merecem muito mais reconhecimento, não só a nível nacional, mas internacional também. Nacional, produzindo documentos, ou por outras formas de expressão, assinados por mais do que uma entidade e artistas a demonstrar o descontentamento no que toca a políticas culturais. Deveria tornar-se uma urgência a realização de eventos como o Colóquio, para aumentar a visibilidade da Coligação, demonstrando a sua importância na sociedade, podendo ser um veículo de luta e defesa de todas as expressões culturais, aliando-se à defesa dos direitos dos artistas.

No que toca ao desenvolvimento interno da Coligação posso dizer que ideias não faltam para pôr a Coligação em movimento, não faltam pensamentos positivos e consciência do papel desta instituição na vida dos portugueses. Não faltam ideias de eventos que podem ser encaixados na vida do público em geral; falta sim, mais disponibilidade por parte dos intervenientes da Coligação. Organizar o Colóquio proporcionou-me uma experiência única, aumentando a comunicação entre as entidades que participaram e, pessoalmente, deu-me muito gosto realizar, sendo aquilo que gostaria de fazer.

Existe ainda um longo caminho a percorrer por parte da sociedade portuguesa, para reconhecer importância aos costumes, valores e boa arte que se produz no país, caminho esse que poderia ser feito de mãos dadas com a Coligação. Acredito que existe um longo caminho a percorrer, mas que vai ser bem-sucedido e vai notar-se a sua importante função no futuro.

A minha constante aprendizagem foi, em muito, facilitada pelo bom funcionamento da equipa que me rodeava. Havia indiscutivelmente um bom ambiente de trabalho, o que me permitiu trabalhar sem restrições, sem medo de errar, consciente que o iria fazer, aprender e corrigir.

De mãos dadas com os membros fundadores da Coligação, incluindo Gestão dos Direitos de Autor (GDA) e Sociedade Portuguesa dos Autores (SPA), que têm um papel fundamental na defesa dos direitos de artistas, poderiam em conjunto trabalhar para haver uma maior defesa dos direitos dos artistas, sendo a arte um elemento essencial à vida das pessoas, uma forma de escape em todos os momentos da vida. Defender o direito dos artistas é essencial, manter a arte viva, manter os autores interessados em continuar o seu trabalho, ajudando a manter o seu estilo de vida.

6. Referências

BASIC TEXTS. *Basic Texts of the 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Unesco, 2013.

MELO, de Romeu. *Ensaio sobre a cultura*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

Neil, Garry. (2015). *Full Analytic Report (2015) on the implementation of the UNESCO 1980 Recommendation concerning the Status of the Artist*.
http://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/analytic-report_g-neil_sept2015.pdf

PEREIRA, Alexandre Dias. *Direito de autor: que futuro na era digital?* 1ª Edição, Lisboa: Guerra & Paz, 2016.

REBELLO, Luís Francisco. *Ser artista em Portugal*. Lisboa: Centro Nacional da Cultura, 2000.

RIGHTS AND WRONGS. *Rights and wrongs: the UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions – one year after*. 1ª Edição, Copenhaga.

SERRA, Lucas. *Os autores e os seus direitos: contributos e reflexões: textos de cultura e direitos de autor*. 1ª Edição, Lisboa: Sociedade Portuguesa dos Autores, 2011.

SMIERS, Joost. *Arts Under Pressure: Promoting Cultural Diversity in the Age of Globalization*. 2ª Edição. Zed Books, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. 2ª Edição: Edições Afrontamentos, 2002.

UNESCO, 2013. GILES, Judy; MIDDLETON, Tim. *Studying Culture. A Practical Introduction*. 2ª Edição: Blackwell Publishing, 2008.

UNESCO, 2007. KOENIG, Matthias; GUCHTENEIRE, de Paul. *Democracy and Human Rights in Multicultural Societies*. Ashgate Publishing Limited, 2007.

Fontes bibliográficas

Comissão Nacional da UNESCO. *Sectores do Programa – Cultura*. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/setores-de-programa/cultura>

Gestão dos Direitos dos Artistas. *Legislação*. Sobre os direitos conexos. Disponível em: <http://www.gda.pt/legislacao/>

ISSUU. *Boletim ICOM Portugal*. Acerca do Colóquio realizado. Disponível em: https://issuu.com/icomportugal/docs/boletim_icom_portugal_iii_5_jan_201/1 (Página 18 – 24)

UNESCO. *Diversity of Cultural Expressions*. Acerca do 10º aniversário da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em: <http://en.unesco.org/creativity/convention/10th-anniversary>

Universidade de Évora. UNESCO Publications. *Re/Shaping Cultural Policies*. Relatório global acerca da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em: <http://www.catedra.uevora.pt/unesco/index.php/unesco/Intangible-Heritage/Documentation-centre/UNESCO-publications/Re-Shaping-Cultural-Policies>

7. Anexos

1.Base de dados – Contatos da Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural

1.1

H60						
Clique para mais detalhes						
	C	D	E	F	G	H
1						
2	Nomes	Telefone	Telemóvel	Email		Morada
3	Fernando Vendrell	218 882 028	917 765 817	fvendrell@gmail.com	fernando.vendrell@david-golias.com	Largo Adelino Amaro Costa, 8 - 3ºDT
4	Helena Vasques		917 687 025	hmmcvc@gmail.com		
5	Augusto Portela	213 884 592	966 189 439	augustopereiraortela@gmail.com		
6	Jorge P. Costa	213 594 466	918 100 631	jorgepaixaodacosta@gmail.com		
7	Clara Meneres		937 171 771	cmeneres@netcabo.pt		
8	Frias Martins		918 100 631	emteoria@gmail.com		
9	Manuel de Queiroz		933 306 518	mdequeiroz@netcabo.pt		
10	Iana Ferreira		962 638 417	ianaferreir@gmail.com		
11	Rui Galveias			rgalveias@gmail.com		
12	Alfredo Brito					
13	Helder Gamboa			heldergamboa@tenda.pt		
14						
15	Luís Branquinho		917 250 340	aipcinema@filme.com.pt		Travessa do Figueiredo, 10 - 1ºESQ
16	Iana Ferreira		962 638 417	ianaferreir@gmail.com		
17			912 318 543	mail@cenasindicato.org		Rua Fialho Almeida, 3 - 4º
18	Fernando Vendrell			apr.realizadores@gmail.com		Rua da Rosa, 277 - 2º
19	Manuel de Queiroz		933 306 518	geral@penclubportugues.org		Campo dos Mártires da Pátria, nº37
20				emteoria@gmail.com		Avenida Duque de Loulé, nº31
21	Frias Martins		918 100 631			
22		213 971 899		info@apescritores.pt		Rua de São Domingues à Lapa, 17
23		218 871 763		info@c-e-m.org		Rua Fanqueiros, 150
24			937 171 771	geral@snba.pt		Rua Barata Salgueiro
25	Jorge da Costa	213 594 466	918 100 631	administracao@spautores.pt		
26	Luís Sampaio	217 993 366	962 092 273	luis.sampaio@gda.pt		Rua Joaquim Agostinho, nº14 B
27	Luis Mendes		964 589 322	aptradutores@gmail.com		Rua de Ceuta, 4/B
28	João Vidigal		918 100 631	stespectaculos@hotmail.com		Rua da Fé, 23 - 2º
29						
30	Rita B. De Brito	213 946 759		rita.brasilrito@mne.pt		Largo das Necessidades
31	Clara Cabral	213 946 759	918 100 631	clara.cabral@mne.pt		Largo das Necessidades
32	Ana Martinho			cnu@mne.pt		
33	Anna Ormeche			anne.ormeche@mne.pt		

1.2

34	Joana Cardoso	218 820 090	218 820 091	geral@egeac.pt	joanacardoso@egeac.pt	Calçada Marquês de Tancos, 2. 1100-34
35	Lurdes Camacho	213 848 440		lurdes.camacho@gepac.gov.pt		Rua Dr. Francisco Melo, nº15
36	João Afonso	213 588 536		ver.joao.c.afonso@cm-lisboa.pt		Campo Grande, 25 - 7ºA e B. 1749-099
37	Gisela Miravent - ass	213 236 225		gisela.miravent@cm-lisboa.pt		Praça do Município - Paços do Concelho
38	Guilherme D'Oliveira	213 466 722		gom@cnc.pt	info@cnc.pt	Rua António Maria Cardoso, 68. 1249-10
39	Ana Mendes	213 225 763		amendes@cnc.pt		
40	Jorge B. Xavier	213 614 500	916 320 031	jorge.barreto.xavier@sec.gov.pt	gabinete.sec@sec.gov.pt	Palácio Nacional da Ajuda, 1300-018 LIS
41	Olga Maia					
42	Albertina Vieira - sec	223 393 481	223 391 301	dmcultura@cm-porto.pt		
43						
44				gp_ps@ps.parlamento.pt		Palácio de São Bento
45	Inês de Medeiros		917 753 933	inesdemedeiros@mac.com		Palácio de São Bento
46				gp_pp@cds.parlamento.pt		Palácio de São Bento
47				gp_pcp@pcp.parlamento.pt		Palácio de São Bento
48				gp_psd@psd.parlamento.pt		Palácio de São Bento
49	Jardim			mcjardim@psd.parlamento.pt		Palácio de São Bento
50				PEV.Correio@pev.parlamento.pt		Palácio de São Bento
51				bloco.esquerda@be.parlamento.pt		Palácio de São Bento
52	Catarina Martins			catarinasmartins@gmail.com		Palácio de São Bento
53	Maria Guerreiro	213 917 562		mmanuelguerreiro@psd.parlamento.pt		
54						
55				centro.criatividade@mun-planhoso.pt		
56						
57				plataformamusica@gmail.com		
58				plataformaa@gmail.com		
59				plataformacinema@gmail.com		
60				plataformadoteatro@gmail.com		
61				plateia.apac@gmail.com		
62			915 410 191	rededanca@gmail.com		
63	Vitor Pinto Ângelo	212 723 660	966 568 49	vaspas.extremo@gmail.com		

	H60		<i>fx</i>		
	C	D	E	F	G
64					
65	Christine Merkel			merkel@unesco.de	
66	Hergovich			hergovich@musicaustria.at	
67	Mercedes Echerer			mercedes.echerer@eu-xxl.at	
68	Gabriele Eschig			eschig@unesco.at	
69	Mona Mairitsch			mairitsch@unesco.at	
70	Yvonne Gimple			gimples@unesco.at	
71	Aurélien Berthier			aurelien.berthier@pag-g.be	
72	SAMZUN Yanic			yanic.samzun@pac-g.be	
73	ROOSEN Tanguy			troosen@sacd-scam.be	
74	DVROE Katia			kdvroes@sacd.be	
75	LUC Jabon			luc.jabon@skynet.be	
76	Charles Vallerand			cvalierand@cdc-ccd.org	
77	Elisabet Diedrichs			eca@eca.dk	
78	RAUG Pia			Raug@post6.tele.dk	
79	GOMEZ MELERO			angomez@sgae.es	
80	Eduardo Bautista			sprecht@sgae.es	
81	GALINDO Francisco			fgalindo@sgae.es	
82				fapae@fapae.es	
83	Fabia Buenaventura			fbuenaventura@fapae.es	
84				federaciondeartistas@faee.es	
85	BOSSO Jorge			jobosso@faee.es	
86	Jozef Svonasky			svonasky@gmail.com	
87	Pavol Kral			kral@svu.sk	
88	KERLIK Peter			peter.kerlik@post.sk	
89	BELAK Lubomir			belak@tatrab.sk	
90				forumartis@forumartis.fi	
91				kuvastory@kuvastory.fi	
92	RISLAKKI Pekka			pekka.rilaskki@kopiosto.fi	
93	SIPILA Pekka			pekka.sipila@musiikikustantajat.fi	
94	TUOMELA Tapio			tapio.tuomela@composers.fi	
95				antti.kotilainen@antipiracy.fi	
96	Lauri KAIRA			laura.kaira@gramex.fi	

2.Base de dados – Associações Culturais e Municípios

2.1 Municípios

A94 ÉVORA						
	A	B	C	D	E	F
1	Município	Presidente	Endereço	Telefone	E-mail	Web
2	ABRANTES	MARIA DO CÉU ALBUQUERQUE	Praça Raimundo Soares 2200-366 ABRANTES	241 330 100	municipe@cm-abrantes.pt	http://www.cm-abrantes.pt
3	ÁGUEDA	GIL RESENDE DA FONSECA	Praça do Município 2. 3754-500 AGUEDA	234 610 070	geral@cm-agueda.pt	http://www.cm-agueda.pt
4	AGUIAR DA BEIRA	JOAQUIM BONIFÁCIO	Av. da Liberdade 3570-018 AGUIAR DA BEIRA	232 689 100	geral@cm-aguiardabeira.pt	http://www.cm-aguiardabeira.pt
5	ALANDROAL	MARIANA GOMES CHILRA	República 7250-116 ALANDROAL	268 440 040	cm-alandroal@mail.telepac.pt	http://www.cm-alandroal.pt
6	ALBERGARIA-A-VELHA	ANTÓNIO LOUREIRO E SANTOS	Município de Albergaria-a-Velha Praça Ferreira Tavares. 3850-053 ALBERGARIA-A-VELHA	234 529 300	geral@cm-albergaria.pt	http://www.cm-albergaria.pt
7	ALBUFEIRA	CARLOS SILVA E SOUSA	Cerro da Alagoa 8200-863 ALBUFEIRA	289 599 500	geral@cm-albufeira.pt	http://www.cm-albufeira.pt
8	ALCÁCER DO SAL	VITOR DE CARO PROENÇA	Largo Pedro Nunes 7580-125 ALCÁCER DO SAL	265 610 040	secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt	http://www.cm-alcacerdosal.pt
9	ALCANENA	FERNANDA ASSEICEIRA	Praça 8 de Maio. 2380-037 ALCANENA	249 889 010	presidencia@cm-alcanaena.pt	http://www.cm-alcanaena.pt
10	ALCOBACA	PAULO MARQUES INÁCIO	Praça João de Deus Ramos 2461-501 ALCOBACA	262 580 800	cmalcobaca@cm-alcobaca.pt	http://www.cm-alcobaca.pt
11	ALCOCHETE	LUÍS CARRAÇA FRANCO	Largo de S. João 2894-001 ALCOCHETE	212 348 600	geral@cm-alcochete.pt	http://www.cm-alcochete.pt
12	ALCOUTIM	OSVALDO GONÇALVES	Praça do Município, 12 8970-066 ALCOUTIM	281 540 500	geral@cm-alcoutim.pt	http://www.cm-alcoutim.pt

2.2 Auditórios

A27 Coliseu dos Recreios Lisboa				
	A	B	C	D
1	Nome	Morada	Telefone	Email
2	Auditório Fernando Lopes-Graça	Forum Municipal. Praça da Liberdade. 2800-648 ALMADA	212 724 297	auditorio@cma.m-almada.pt
3	Auditório Municipal Albufeira	Rua do Município. 8200-863 ALBUFEIRA	289 599 638	
4	Auditório Municipal António Chainho			
5	Auditório Municipal António Silva	Rua Coração de Maria. 2735-521 CACÉM		
6	Auditório Municipal Augusto Cabrita	Parque da Cidade - Av. Escola de Fulizeiros Navais. 2830 BARREIRO	212 147 410	amac-geral@mail.telepac.pt
7	Auditório Municipal Boticas	Praça do Município. 5460-304 BOTICAS	276 410 200	
8	auditório Municipal de Freixo de Espada à	Av. Guerra Junqueiro. 5180-104 FREIXO DE ESPADA À CINTA	279 658 160	auditorio@cm-freixoespadacinta.pt
9	Auditório Municipal de Lagoa	Urbanização Lagoa Sol. 8400 LAGOA	282 380 452	convento.sjose@cm-lagoa.webside.pt
10	Auditório Municipal de Lousada	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro. Ap. 19. 4620-909 LOUSADA	225 820 500	manuel.nunes@cm-lousada.pt
11	Auditório Municipal de Olhão	Avenida 16 de Junho. 8700 OLHÃO	289 700 160	auditorio@cm-olhao.pt
12	Auditório Municipal de Portel	Praça D. Nuno Alvares Pereira 7220-375 PORTEL	266 619 030	geral@mail.cm-portel.pt
13	Auditório Municipal de Portimão	Av. Miguel Bombarda. 8500-229 PORTIMÃO	282 418 547	
14	Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia	Rua de Moçambique. 4430-145 VILA NOVA DE GAIA	223 771 820	auditoriomunicipal@cm-gaia.pt
15	Auditório Municipal do Seixal	Quinta dos Franceses, Seixal. 2840-499 SEIXAL	210 976 105	
16	Auditório Municipal Gondomar	Rua 5 de Outubro, nº218. 4420-086 GONDOMAR	224 663 983	cultura@cm-gondomar.pt
17	Auditório Municipal Carlos Paredes	Praça D. Afonso Henriques, 1. 3650-207 VILA NOVA DE PAIVA	232 609 900	amcp@cm-vnpaiva.pt
18	Casa Barbot	Av. República, 590. 4400-017 VILA NOVA DE GAIA	223 774 250	
19	Casa da Música	Av. Boavista, 604-610. 4099-038 PORTO.	220 120 200	info@casadamusica.com
20	Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	Parque de Sinções	252 371 297	casadasartes@cm-vnfamalicao.pt
21	Centro Cultural de Belém	Praça do Império. 1499-003 LISBOA	213 612 400	ccb@ccb.pt
22	Centro Cultural de Cascais	Av. Rei Umberto II de Itália. 2750-641 CASCAIS	214 848 900	
23	Centro Cultural Olga Cadaval	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro. 2710 - 720 SINTRA	219 107 110	info@olgacadaval.pt
24	Centro Cultural Vila Flor	Av. D. Afonso Henriques, 701. 4810-431 GUIMARÃES	253 424 700	geral@aoficina.pt
25	Centro das Artes do Espetáculo de Portalegre	Praça da República, 39. 7300-109 PORTALEGRE	245 307 498	cmp.cultura@mail.telepac.pt
26	Cine-Teatro Municipal Constantino Nery	Av. Serpa Pinto. 4450-275 MATOSINHOS	229 392 320	helena.loza@cm-matosinhos.pt
27	Coliseu dos Recreios Lisboa	Rua das Portas de Santo Antão, 96. 1150-269 LISBOA	213 240 580	

2.3 Associações

C72			
A		B	C
1	Nome	Morada	Telefone
2	Associação Amigos Toca Rufar	Rua Miguel Bombarda, nº40. 2840-514 SEIXAL	917 575 664
3	Associação Cão Solteiro - Produção e Realização de Espectáculos e Ideias	Rua Poço dos Negros , nº120. 1200-342 LISBOA	
4	Associação Companhia Instável	Campo para as Artes Performativas. R. Das Estrelas, Piso 1(teatro Cmp. Alegre) 4150-76	916 730 455
5	Associação Criação e Produção de Objectos Artísticos - Karnart	Avenida da Índia, 168 BELÉM. 400-207 LISBOA	914 150 935
6	Associação Cultural - A Circular	Praça Luis de Camões, 9 1º. 4480-719 VILA DO CONDE.	967 490 471
7	Associação Cultural - Alkantara	Calçada Marquês de Abrantes nº99. 1200-718 LISBOA	213 152 267
8	Associação Cultural - As Boas Raparigas vão para o Céu, as Más para Todo o Lado	Rua da Fábrica Social, s/n. 4000-201 PORTO	961 487 507
9	Associação Cultural - Bomba Suicida	Rua Luz Soriano 67, 1º. 1200-246 LISBOA	213 427 605
10	Associação Cultural - Companhia B	Festival de Performance e Artes da Terra. Ap 287.7002-504 ÉVORA	932 514 803
11	Associação Cultural - Companhia Olga Roriz	Palácio Pancas Palha. Rua de Santa Apolónia nº12a14. 1149-044 LISBOA	218 872 383
12	Associação Cultural - Companhia Paulo Ribeiro	Largo Mouzinho de Albuquerque. Ap 2086 EC VISEU. 3501-909 VISEU	232 480 110
13	Associação Cultural - D'Orfeu	Rua Eng. Júlio Portela, 6. 3750-158 Águeda.	234 604 842
14	Associação Cultural - Estação Teatral da Beira Interior - ESTE	Fundão CB 6230-909	275 772 499
15	Associação Cultural - Fórum Dança	Travessa do Calado, 26B. 1170-070 LISBOA	213 428 985
16	Associação Cultural - Granular	Rua Presidente Arriaga, 59. 5º.	213 970 052
17	Associação Cultural - Mala Voadora	Rua da Barroca, nº59. 1200-049 LISBOA	211 924 218
18	Associação Cultural - Marionet	Avenida Sá da Bandeira, 83. 3000-351 COIMBRA	931 671 163
19	Associação Cultural - Materiais Diversos	Calçada Marquês de Abrantes nº99. 1200-718 LISBOA	213 900 165
20	Associação Cultural - Miso Music Portugal	Rua do Douro 92, Rebelva. 2775-318 PAREDE	214 575 068
21	Associação Cultural - O Espaço do Tempo	Convento da Saudação. 7050-164 MONTEMOR-O-NOVO	266 899 856 / 7
22	Associação Cultural - Panmixia	Panmixia, Associação Cultural. Rua do Melo, nº 95, 1ºandar. 4050-372 PORTO	225 180 852
23	Associação Cultural - PimTai	Casa do Alto de S. Bento. Estrada das Piscinas. 7000-758 ÉVORA.	266 744 403
24	Associação Cultural - Primeiros Sintomas	Rua da Ribeira Nova, nº 44. 1200-376 LISBOA	915 078 572
25	Associação Cultural - Saco Azul	Rua Passos Manuel, 178, 4º. 4000-382 PORTO	222 087 268
26	Associação Cultural - Teatro ao Largo	Urbanização Brejo da Estrada, 14B, AP 230. 7645-233 VILA NOVA DE MILFONTES	937 303 919
27	Associação Cultural - Teatro Bruto	Travessa da Bica Velha158. Hab 5. 4250-348 PORTO	937 970 108
28	Associação Cultural - Teatro dos Aloés	Rua António Ferreira, nº1. 9ºDTO. 2650-386 AMADORA	218 140 825

2.4 Performance

A28				
Eira- Teatro da Voz				
1	2	A	B	
		Nome	Morada	
			Telefone	
2		A Bruxa Teatro	Rua do Eborim, 16. 7000-659 ÉVORA	266 747 047
3		A Tarumba - Teatro de Marionetes	Convento das Bernardas. Rua da Esperança 152. 1200-660 LISBOA	212 427 621
4		Acta - Companhia de Teatro do Algarve	Rua de Portugal, 58. 8000-281 FARO	289 878 908
5		Ar de Filmes - Produtora cinema, teatro	Rua D. Pedro V, nº60, 1ºDTO. 1250-094 LISBOA	213 420 810
6		Arte Total - Educação e Produção Artística - dança, música, teatro	Rua Dr. Costa Júnior	253 611 880
7		Artistas Unidos	Rua Campo de Ourique, 120. 1250-062 LISBOA	213 916 750
8		Baal 17 - Companhia de Teatro e Educação do Baixo Alentejo	Cine-Teatro Municipal de Serpa. Ap 113. 7830 SERPA	284 549 488
9		Balletatro Contemporâneo do Porto	Praça 9 de Abril, 76. 4200-422 PORTO	937 631 900
10		Casfesz - Espetáculos, Videos e Publicações	Estrada de Benfica, 400- 1ªesq- 1500-101 LISBOA	213 420 136
11		CENDREV - Centro Dramático de Évora	Praça Joaquim António de Aguiar. 7000-510 ÉVORA	266 703 112
12		Chão de Oliva - Centro de Difusão Cultural em Sintra	Rua Veiga da Cunha, 20. 2710-627 SINTRA	219 233 719
13		Chapitô - Colectividade Cultural e Recreativa Santa Catarina	Costa do Castelo, nº1 / 7. 1149-079 LISBOA	128 855 550
14		Circolando - Cooperativa Cultural	Rua do Freixo 1071, sala 3. 4300-219 PORTO	225 189 157
15		CITEC - Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho	Rua dos Alarcões 3. 3140-253 MONTEMOR-O-VELHO	919 908 171
16		Comédias do Minho	Centro Cultural de Paredes do Coura. 4940-525 PAREDES DO COURA	926 130 709
17		Companhia de Dança Contemporânea de Évora	Rua Anibal Tavares, nº2. 7005-872 Évora.	266 743 492
18		Companhia de Dança de Almada	Rua Manuel de Sousa Coutinho, 11. 2800-163 ALMADA	212 583 175
19		Companhia de Musica Teatral	Rua Sam Levy, 1 Edifício F - 4ºDTO. 1400-391 LISBOA	213 014 622
20		Companhia de Teatro de Braga	Avenida da Liberdade, 697. 4710-251 BRAGA	253 217 167
21		Companhia Portuguesa do Bailado Contemporâneo	Rua Vítor Cordon, nº20. 1200-484 LISBOA	213 474 048/9
22		Companhia Teatro de Almada	Av. Professor Egas Moniz. 2804-503 ALMADA	212 739 360
23		Comuna Teatro de Pesquisa	Praça de Espanha, 1050-024 LISBOA	217 221 770/7/9
24		Cooperativa de Produção Artística - Teatro de Animação O Bando	Estrada do Vale dos Barris, Apartado 152, 2951-901 PALMELA	212 336 850
25		Drumming - Grupo de Percussão	Rua Aires Ornelas, 279. 4000-024 PORTO	965 836 719
26		Duplacena - Produção e Realização de Festivais, Espetáculos e Audi	Rua da Horta Seca, 44 - 2ºDTO. 1200-221 LISBOA	213 230 074
27		Efémero - Companhia de Teatro de Aveiro	Parque Infante D. Pedro. Apartado 40 EC Aveiro. 3811-901 AVEIRO	234 386 524
28		Eira- Teatro da Voz	Travessa de São Vicente, 11. 1100-575 LISBOA	213 530 931

2.5 Cinema

F23			
	A	B	C
1	Nome	Morada	Telefone
2	Ar de Filmes - produtora	Rua D. Pedro V, nº60 - 1ºDT. 1250-094 LISBOA	213 420 810
3	Arte das Musas	Rua Infantaria Dezasseis, 88 - 1ºDT. 1350-170 LISBOA	210 995674
4	Mundo Perfeito - Criação de Conteúdos para Tv e Cinema	Rua José Augusto Seabra, 17 - 4B. 1500-675 LISBOA	966 464 069
5	Cinemateca Portuguesa	Rua Barata Salgueiro 39. 1269-059 LISBOA	213 596 200
6	Instituto do Cinema e do Audiovisual	Rua Luis Pastor de Macedo. Edifício Tobis. 1750-156 LISBOA	213 230 800
7	Distribuidores		
8	ALAMBIQUE	Praça Duque da Terceira 24, 4º - sala 21. 1200 - 161 LISBOA	213 465 238
9	beACTIVE PRODUÇÕES INTERACTIVAS, S.A.	Av. Duque d'Ávila 23, 6º-Esq. 1000 - 138 LISBOA	213 100 142
10	BIG PICTURE 2 FILMS, S.A.	Alameda Fernão Lopes 12, 7ª A Miraflores. 1495-190 ALGÉS	210 165 515
11	LANTERNA DE PEDRA FILMES	Rua Aurélia de Sousa 1, 1º Dto. Torre da Marinha. 2840 - 422 SEIXAL	
12	LEGENDMAIN FILMES	Rua Francisco Franco 6A. 2855-171 CORROIOS	918 878 172
13	LEOPARDO FILMES	Travessa das Pedras Negras 1, 5º. 1100 - 404 LISBOA	213 255 800
14	MIDAS FILMES	Edifício Interpress. Rua Luz Soriano 67, 1º Esq. 1200-246 LISBOA	213 479 088
15	NITRATO FILMES	Rua da Sé 389. 4505-689 CALDAS DE SÃO JORGE	256 085 852
16	OUTSIDER FILMS	Rua Maria Luísa Holstein 15, 1º sala 17. 1300-388 LISBOA	213 620 250
17	PRIS AUDIOVISUAIS, S.A.	Rua da Zona Industrial 545. 4525-540 VILA MAIOR	227 637 830
18	VENDETTA FILMES	Largo da Lagoa 7 - C. 2795 - 116 LINDA-A-VELHA	216 075 463
19	ZON LUSOMUNDO AUDIOVISUAIS	Edifício ZON. Rua Ator António Silva 9. 1600-404 LISBOA	217 914 800
20	Associações / Instituições		
	ACADEMIA PORTUGUESA DE CINEMA -		
21	Academia Portuguesa de Artes e Ciências Cinematográficas	Rua da Rosa 277, 2º. 1200-385 LISBOA	213 470 644
	ACAPOR - Associação do Comércio de Audiovisuais de Portugal	Rua Cidade de Tete, Centro Cultura e Desporto Olivais Sul, Sala 1, 1800-128 LISBOA	218 530 719
22	CURTAS METRAGENS, CRL		
23	AGÊNCIA - Portuguese Short Film Agency	Auditório Municipal, Praça da República. 4480-715 VILA DO	252 646 683
	ACMEDIA - Associação Portuguesa		
Municípios / Auditórios / Associações / Performance / Cinema / Festivais Cinema / Escolas Cinema / Outros			

2.6 Festivais Cinema

A29		
A	B	C
Nome	Período	Email
1 AROUCA FILM FESTIVAL - INTERNATIONAL FILM FESTIVAL	12-14 Setembro	aroucafilmfestival@gmail.com
3 AVANCA Encontros Internacionais de Cinema, Televisão, Vídeo e M	18-27 Julho	festival@avanca.com
4 BRAGACINE Festival Internacional de Cinema Independente de Braga	8-10 Novembro	bragacine_festival@sapo.pt
5 BLACK & WHITE International Audiovisual Festival	21-24 Maio	b&w@porto.ucp.pt
6 CAMINHOS DO CINEMA PORTUGUÊS	Novembro	geral@caminhos.info
7 CINANIMA Festival Internacional de Cinema de Animação	10-16 Novembro	office@cinanima.pt
8 CINECOA Festival Internacional de Cinema de Vila Nova de Foz Côa	10-14 Setembro	apoio@cinecoa.com
9 CINE'ECO Festival Internacional de Cinema Ambiental	11-18 Outubro	casacultura@cm-seia.pt
10 CORTEX Festival de Curtas-Metragens de Sintra	Outubro	info@festivalcortex.com
11 CURTAS VILA DO CONDE International Film Festival	5-13 Julho	info@curtas.pt
12 DOCLISBOA Festival Internacional de Cinema	16-26 Outubro	doclisboa@doclisboa.org
13 DOURO FILM HARVEST	Setembro	info@dourofilmharvest.com
14 FANTASPORTO Festival Internacional de Cinema Do Porto	27 Feb - 7 Março	info@fantasporto.com
15 FEST Festival Novos Cineastas Novo Cinema	24-30 Junho	fest@fest.pt
16 FESTin Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa	2-9 abril	festin@festin-festival.com
17 FESTIVAL DE CINEMA LUSO-BRASILEIRO	7-14 Dezembro	cineclubedafeira@gmail.com
18 FESTROIA Festival Internacional de Cinema	6-15 Junho	info@festroia.pt
19 FIKE Festival Internacional de Curtas Metragens	21-25 Outubro	fike@fikeonline.net
20 FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DO FUNCHAL	7-15 Novembro	funchalfilmfest@gmail.com
21 FUSO Anual de Vídeo Arte Internacional de Lisboa	Agosto	duplacena@duplacena.com
22 INDIELISBOA Festival Internacional de Cinema Independente	23 Abril - 3 Maio	info@indielisboa.com
23 LEFFESTE Lisbon & Estoril Film Festival	7-16 Novembro	info@leffest.com
24 MONSTRA Festival de Animação de Lisboa	12-22 Março	monstra@monstrafestival.com
25 MOTELx Festival Internacional de Cinema de Terror de Lisboa	Setembro	info@motelx.org

2.7 Escolas Cinema

A2		Universidade da Beira Interior - Cinema / Ciências da Comunicação / Design Multimedia	
	A	B	
1	Universidade	Morada	
2	Universidade da Beira Interior - Cinema / Ciências da Comunicação / Design Multimedia	Rua Marquês d'Ávila e Bolama. 6200-001 COVILHÃ	
3	Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Teatro e Cinema	Avenida Marquês de Pombal 22B. 2700-571 AMADORA	
4	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia	Campo Grande, 376	
5	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Animação Digital	Campo Grande, 376	
6	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Ciências e Tecnologias do Som	Campo Grande, 376	
7	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Design	Campo Grande, 376	
8	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Produção Gráfica e Design	Campo Grande, 376	
9	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Comunicação e artes: criação, produção e marketing das	Campo Grande, 376	
10	ESTAL - Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	Rua Santo Amaro, 34. 1200-803 LISBOA	
11	ESEC - Escola Superior de Educação Coimbra - Comunicação e desing multimédia / Comunicação Social	Rua Dom João III - Solum. 3030-329 COIMBRA	
12	ESAD - Escola Superior de Artes e Design - Design gráfico e multimédia / Som e Imagem	Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho. 2500 - 321 CALDAS DAS	
13	ESAP - Escola Superior Artística do Porto - Cinema Audiovisual / Artes Visuais - Fotografia	Largo S. Domingos, nº 80. 4050-545 PORTO	
14	ESCS - Escola Superior de Comunicação Social - Audiovisual e Multimédia	Campus de Benfica do IPL. 1549-014 LISBOA	
15	ESTG - Escola Superior de Tecnollogia e Gestão - Design e Animação Multimedia / Design de Comunicação	Lugar da Abadessa, Apartado 148, 7301-901 PORTALEGRE	
16	ESMAE - Escola Superior de Música e Artes e do Espetáculo - Tecnologia de Comunicação audiovisual / Comunicaç	Rua Dr. Roberto Frias, nº 712. 4200-465 PORTO	
17	ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes - Vídeo e Cinema Documental /	Rua 17 de Agosto de 1808. 2200-370 ABRANTES	
18	ESTT - Escola Supeior de Tecnologia de Tomar - Design e Tecnologia das Artes Gráficas /	Estrada da Serra . 2300-313 TOMAR	
19	ESEV - Escola Superior de Educação Viseu - Artes Plásticas e Multimedia / Comunicação Social	Rua Maximiano Aragão. 3504-501 VISEU	
20	ISCTE - Comunicação, cultura e Tecnologias de informação / jornalismo / Gestão e Comunicação	Av. Forças Armadas. 1649-026 LISBOA	
21	UALG - Universidade Algarve - Design de Comunicação / Ciências da Comunicação / Artes Visuais / Imagem Animi	Campus da Penha. 8000-117	
22	Universidade de Aveiro - Design	campus universitário de santiago. 3810-193 AVEIRO	
23	FBA- Faculdade Belas Artes Lisboa - Arte e Multimédia / Design de Comunicação	Largo da Academia Nacional de Belas-Artes. 1249-058 LISBOA	
24	Universidade da Madeira - Design / Arte e Multimédia	Colégio dos Jesuítas - Rua dos Ferreiros. 9000-082 FUNCHAL	
25	Universidade do Minho - Ciências da Comunicação /	Campus de Gualtar 4710 - 057 BRAGA	
26	FSCH - Faculdade de Ciências Sociais - Ciências da Comunicação	Avenida de Berna, 26-C. 1069-061 LISBOA. Torre B, Piso 6	
27	Faculdade de Belas-Artes - U.Porto- Design de Comunicação / Ciências da Comunicação	Av. Rodrigues de Freitas, 265 4049-021 PORTO	
28	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Ciências da Comunicação	Rua Alameda, 1300-663 LISBOA	

3. Base de dados Direção Geral das Artes (DGArtes)

3.1 Apoios DGArtes

D265									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1			2007 - 1	2006	2007-2		2008 - 1		2008 - 2
2	A Circular - Ass Cultural				25 439				17 359
3	A Bruxa Teatro								18 610
4	A Coisa em Si				22 725			A menina dos meus olhos	22 261
5	A Oficina centro de artes mestres de Guimarães				87 204		25 000		79 539
6	A Tarumba Teatro de Marionetes	Marionetes		15 000	20 479				
7	A escola da noite - Teatro de Coimbra	Teatro	100 000	100 000	150 000		190 000		60 000
8	Academia de Musica Antiga	Musica			35 000				35 000
9	Academia de Amadores de Musica	Musica	20 000	40 000					40 000
10	Academia de Musica de Lagos	Musica	18 000	30 000	29 000		23 000		23 500
11	Academia de Musica de Espinho	Musica	48 000	20 000	22 000		48 000		22 000
12	ACORDARTE				20 000				20 000
13	Academia de Musica de Viana do Castelo	Musica		15 000	32 689				21 638
14	ACTA - Teatro do Algarve	Teatro	100 000	100 000	118 564		75 000		161 072
15	ACTECAS - comércio artístico / Cascais		180 000	180 000	180 000		240 000		120 000
16	ACTO Inst Arte Dramática	Teatro	30 000	70 000	65 000		70 000		25 000
17	ADAT - Toca a Rufar								
18	Atores Prod Associados	Teatro		17 500	20 368				
19	AIAGATO - Ass Juvenil amigo do gato				20 720			Black Maria - Aud	
20	AL KANTARA	Dança	45 000	116 250	135 000		130 000		106 239
21	Alkantara (Filipa Francisco / Tiago Rodrigues)	Dança			43 715			AMDA- Ass Mértola	22 095
22	Ar de Filmes				20 110				
23	ARTE DAS Musas - M.P.Ferreira	Musica			63 204	vários			34 714
24	Arte Publica - Beja		45 000	50 000	45 000		22 500		60 000
25	Arte em Rede				19 600			Atelier educativo ass cult	
26	Artez			13 000	16 097			Arte Contemporânea Ass	20 092
27	Arte Total - educação pela arte		19 500		19 500		19 500		19 500
28	Artistas Unidos	Teatro	310 000	235 000	190 000	vários	310 000		180 209
29	Associação Cultural Artística Guimarães				27 111				20 043
30	Artonus - prod artísticas		10 000	10 000			10 000	Ass artesanato Vila do Conde	17 434
31	As Boas raparigas	Teatro	28 000		42 000		28 000		42 000

3.2 Contactos

D249						
	A	B	C	D	E	F
1		Telefone	Telemovel	Direcção	Endereço	arte
2	A Circular - Ass Cultural	252 290 050		Paulo Vasques	Vila do Conde	Festival performance
3	A Bruxa Teatro	266 747 047		Figueira Cid	Évora	Teatro
4	A menina dos meus olhos	210 994 167	922 124 453	Marina Nabais	Lisboa	Artes Performativas
5	A Oficina centro de artes mestres de Guimarães	253 424 700		Frederico Queiroz	Guimarães	Artes Performativas
6	A Tarumba Teatro de Marionetes	212 427 621		Luís Vieira	Lisboa	Teatro
7	A escola da noite - Teatro de Coimbra	239 718 238	966 302 488	António Augusto Barros	Coimbra	Teatro
8	Academia de Musica Antiga	213 907 734			Lisboa	Música
9	Academia de Amadores de Musica	213 425 022		António Ferreirinho	Lisboa	Música
10	Academia de Musica de Lagos	282 082 786		Adão Flores	Lagos	Música
11	Academia de Musica de Espinho	227 341 145		Alexandre Santos	Espinho	Música
12	ACORDARTE	213 630 201		Filipa Poêjo	Lisboa	Música
13	Academia de Musica de Viana do Castelo	258 806 130		Carla Soares Barbosa	Viana do Castelo	Música
14	ACTA - Teatro do Algarve	289 878 908		Luís Vicente	Faro	
15	ACTECAS - comércio artístico					
16	ACTO Inst Arte Dramática					
17	ADAT - Toca a Rufar		917 575 664		Seixal	Música
18	Aeito					
19						
20	AL KANTARA	213 152 267			Lisboa	Performance
21	AMDA					
22	Ar de Filmes	213 420 810	918 570 774	Alexandre Oliveira	Lisboa	Cinema
23	ARTE DAS Musas - M.P.Ferreira	210 995 674		Filipe Faria	Lisboa	Artes
24	Arte Publica - Beja			Gisela Cañamero		artes do espectáculo
25	AFEA					
26	AICA					
27	Arte Total - educação pela arte	253 611 880	917 906 465	Cristina Mendanha	Braga	Performance
28	Artistas Unidos	213 916 750		Jorge Silva Melo	Lisboa	

4. Carta de apresentação - Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural

4.1

Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural

Exmo. Senhor
Dr.º. João Afonso
Vereador dos Direitos Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Câmara Municipal de Lisboa
Campo Grande, 25 – 7º A e B
1749-099 LISBOA

Lisboa, 18 de Março de 2015

Assunto: Apresentação da Associação CPPDC – Aniversário da Convenção da UNESCO

Exmo. Senhor

Gostaria de lhe apresentar a Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural, uma associação sem fins lucrativos, que engloba transversalmente várias entidades do sector das artes e da criatividade em Portugal.

Desde Novembro de 2005, ano da criação da Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, a sociedade civil portuguesa reuniu-se para defender os seus ideais: garantindo a artistas, profissionais da cultura, e cidadãos em todo o mundo, a capacidade de criar, produzir, difundir e desfrutar de uma vasta gama de bens culturais, serviços e actividades.

A Associação é actualmente constituída pela: AICTP - Associação de Imagem Cinema Televisão Portuguesa; Federação Portuguesa de Teatro; Associação Portuguesa de Críticos Literários; Associação Portuguesa de Escritores; Associação Portuguesa de Realizadores de Cinema; Associação Portuguesa de Tradutores ; CEM – Centro em Movimento; CENA (ex-CPAV - Centro Profissional do Sector Audiovisual e Sindicato dos Músicos); GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, C.R.L.; Pen Clube Português.; Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos.; Sociedade Nacional de Belas Artes; SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. Pertence à CEDC - Coligações Europeias para a Diversidade Cultural desde 2006 e

está em coordenação com o Gabinete Nacional da UNESCO/MNE.

A Coligação tem como objectivo a promoção e respeito pela diversidade das expressões culturais, em todas as suas vertentes e manifestações, a nível nacional e internacional através da promoção e adopção de políticas culturais que visem a protecção e a promoção da diversidade e a excepionalidade dos bens e serviços culturais, de forma a encorajar a diversidade de expressões culturais e a consciencialização social do seu valor, a nível nacional e internacional.


Este ano celebra-se o 10º aniversário desta importante Convenção (ratificada pelo Governo Português e pela UE e muitos outros países do mundo inteiro), num contacto prévio com a Drª Joana Cardoso – EGEAC, soubemos que V. Excelência está também empenhado em realçar os propósitos desta convenção, afim de procurar efectuar uma iniciativa que marcasse este momento, aumentando a visibilidade da convenção, gostaríamos de solicitar uma reunião em que se procurasse estabelecer uma parceria que viabilizasse esta pretensão comum.

Aguardando com a maior expectativa uma resposta.

Os nossos melhores cumprimentos,

Pela Direcção da CPPDC



Fernando Vendrell - Presidente 

Helena Vasquez - Vice-Presidente

Augusto Portela - Vice-Presidente

Contacto: diversidade.cultural.portugal@gmail.com

Fernando Vendrell: 917765817

5. Evento – Congresso das Artes

COLIGAÇÃO PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

CONGRESSO DAS ARTES

Descrição: Projeto desenvolvido no domínio das várias artes, tendo como principal objetivo reconhecer a sua importância na sociedade atual, tentando aproximar os artistas a todo o tipo de público, Propondo organizar painéis de discussão, conferências, exposições, workshops, confrontando artistas, catedráticos e público acerca do papel da arte e dos artistas na sociedade atual, promovendo a participação cultural. O problema da distribuição das suas criações.

Âmbito / Sectores: Literatura; Artes Plásticas (Pintura, Escultura); Música; Performance (Dança e Teatro); Indústrias Criativas (Fotografia, Design e Arquitetura)

Temas de Trabalho: Estatuto do artista; distribuição e circulação; influência das políticas

Organização: CPPDC

Espaços:

Equipamento & Infra estrutura:

Financiamento & Apoios: Secretário de Estado

Atividades Complementares: Painéis de discussão,

Outras necessidades

6. Evento – I Encontro das Artes – Aniversário Convenção

COLIGAÇÃO PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

I ENCONTRO DAS ARTES

Este ano celebra-se o 10º aniversário da Convenção da Diversidade Cultural (ratificada pelo Governo Português e pela UE e muitos outros países do mundo inteiro) e a Coligação planeou fazer um grande encontro das artes, por sectores, unindo-se às comemorações onde o gabinete da UNESCO tem envolvimento.

Gostaríamos de efetuar esta iniciativa, de forma a marcar este momento aumentando a visibilidade da convenção e dos seus ideais perante a sociedade e os média nacionais, assim solicitávamos um espaço nas vossas instalações, numa data previamente definida por vocês, durante o mês de Junho, para a realização deste encontro, que será destinado a criadores de cinema e audiovisual. Encontro esse que vai ter em vista os problemas com que cada sector se debruça, enaltecendo a sua importância na sociedade atual.

A Coligação tem como objetivo a promoção e respeito pela diversidade das expressões culturais, em todas as suas vertentes e manifestações, a nível nacional e internacional através da promoção e adoção de políticas culturais que visem a proteção e a divulgação da diversidade e a exceção dos bens e serviços culturais, de forma a encorajar a diversidade de expressões culturais e a consciencialização social do seu valor, a nível nacional e internacional.

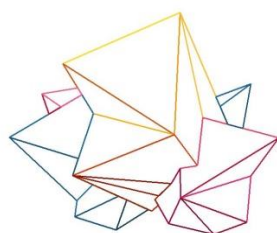
Agradecendo previamente a atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos,

Pela Coligação,

Ana Margarida de Castro

7. Colóquio 10º Aniversário – Cartaz



10º ANIVERSÁRIO

CONVENÇÃO
SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO
DA DIVERSIDADE
DAS EXPRESSÕES
CULTURAIS

COLÓQUIO CPPDC

21 de maio - 10h/13h

Museu do Fado

Lisboa

Oradores

Catarina Vaz Pinto · Vereadora do Pelouro da Cultura da CML

Guilherme Oliveira Martins · CNC

Pedro Wallenstein · Presidente GDA

Jorge Lobo de Mesquita · UNESCO

Organização:

Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural

Apoios:

CML - Pelouro da Cultura e UNESCO Portugal

8. Colóquio 10º Aniversário – Convite para associações

Ex.mos Srs

No próximo dia 21 de Maio de 2015 celebra-se o 10.º Aniversário da Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Juntamente com o apoio da Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Dr.^a Catarina Vaz Pinto, e do Gabinete da UNESCO em Portugal, a Coligação Portuguesa Para a Diversidade Cultural está a organizar um Colóquio no Museu do Fado com um painel de personalidades na manhã de 21 de Maio de 2015, de forma a assinalar a data publicamente. O Colóquio decorrerá entre as 10h e as 13h, no auditório do Museu do Fado e desde já gostaríamos de os convidar a estarem presentes.

A Convenção da UNESCO, criada em 2005 e ratificada por mais de 80 países, defende o florescimento equilibrado das artes assegurando que estas não se tornam reféns do mercado e da economia, mas antes proporcionam e participam num mundo de diversidade de oferta cultural e artística. A Convenção urge também que se garantam aos artistas e profissionais da cultura condições essenciais para livremente criarem e usufruírem do proveito do seu trabalho.
<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/2005-convention>

A CPPDC - Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural - representa a sociedade civil, a parte das associações artísticas profissionais, englobando transversalmente entidades dos vários sectores das artes em Portugal. Tem como objectivo a promoção e aplicação dos princípios da Convenção; a Coligação Portuguesa faz parte da Federação Internacional de Coligações, com presidência no Canadá.

<http://www.ficdc.org/?lang=en>

Enviamos em anexo o cartaz de promoção do respetivo Colóquio que esperamos que divulguem.

Agradecemos desde já a vossa atenção,

Com os melhores cumprimentos,

CPPDC

Fernando Vendrell - Presidente

Helena Vasques de Carvalho – Vice-Presidente

Augusto Portela – Secretário

Ana Margarida de Castro – Estagiária (Mestranda em Cultura e Comunicação)

9. Colóquio 10º Aniversário – Contive Press

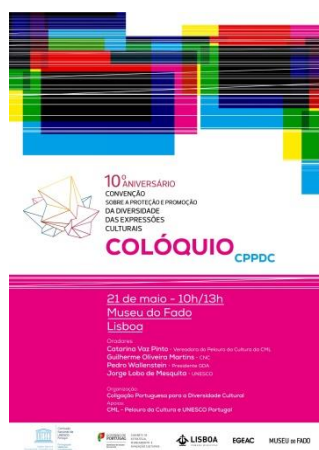
10º Aniversário da Convenção da UNESCO

21 de Maio no Museu do Fado

Temos o prazer de o convidar a estar presente no colóquio comemorativo do 10º Aniversário da Convenção da UNESCO para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. O evento terá lugar no dia 21 de Maio entre as 10h e as 13h no auditório do Museu do Fado.

Do colóquio fará parte um painel de personalidades que irão discursar acerca da Convenção, os seus propósitos e intenções para o futuro. Terá início com a apresentação de Fernando Vendrell (Presidente da Coligação), ao qual se seguem Catarina Vaz Pinto (Vereadora do Pelouro da Cultura da CML), Pedro Wallenstein (Presidente da Gestão dos Direitos dos Artistas), Guilherme de Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura), Lobo de Mesquita (UNESCO Portugal) e Helena V Carvalho (Coligação).

O Colóquio conta com o apoio do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e do Gabinete da UNESCO em Portugal.



Sobre a Convenção da UNESCO

Criada em 2005 e ratificada por mais de 80 países, defende o florescimento equilibrado das artes assegurando que estas não se tornam reféns do mercado e da economia, mas antes proporcionam e participam num mundo de diversidade de oferta cultural e artística. A Convenção urge também que se garantam aos artistas e profissionais da cultura condições essenciais para livremente criarem e usufruírem do proveito do seu trabalho. <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/2005-convention>

Sobre a Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural (CPPDC)

Representa a sociedade civil, a parte das associações artísticas profissionais, englobando transversalmente entidades dos vários sectores das artes em Portugal. Tem como objetivo a promoção e aplicação dos princípios da Convenção; a Coligação Portuguesa faz parte da Federação Internacional de Coligações, com presidência no Canadá.

<http://www.ficdc.org/?lang=en>